



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Comissão de Atualização do
Plano de Desenvolvimento Institucional – CAPDI

**Relatório Parcial para discussão da
Proposta Orçamentária de 2026**

Rio de Janeiro, junho de 2025

Sumário

1.	Introdução	2
1.1.	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	2
1.2.	Breve histórico da UERJ	3
1.3.	Estrutura do relatório	5
1.4.	Composição da CAPDI	5
2.	Missão, Visão e Valores	7
2.1.	Missão	7
2.2.	Visão	8
2.3.	Valores	8
3.	Macro-objetivos	8
4.	Organização Acadêmica	14
4.1.	Projeto Pedagógico Institucional: Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão	14
4.2.	Articulação entre as Modalidades Presencial e a Distância	19
4.3.	Cronograma de Implantação de Cursos	19
4.4.	Integração da Extensão e da Cultura na organização Acadêmica	20
5.	Gestão Institucional	21
5.1.	Organização Administrativa e Gerencial da Instituição	21
5.1.1.	Órgãos de Apoio Acadêmico	21
5.1.2.	Órgãos de Apoio Administrativo	23
5.2.	Organização e Gestão de Pessoas	27
5.2.1.	Perfil do Corpo Docente e Técnico-Administrativo	28
5.2.2.	Políticas de Cotas	32
5.3.	Política de Acolhimento, Assistência e Permanência Estudantil	33
5.4.	Gestão da Extensão e da Cultura	34
5.5.	Gestão Integrada da Saúde no Contexto Institucional	35
6.	Infraestrutura Física de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração	35
7.	Planejamento, Orçamento e Finanças	41
7.1.	Introdução	41
7.2.	Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras	41
7.3.	Receitas próprias, Descentralizações orçamentárias e Emendas parlamentares impositivas	45
7.3.1.	Receitas Próprias	45
7.3.2.	Descentralizações orçamentárias	47
7.3.3.	Emendas parlamentares impositivas	48
7.4.	Proposta Orçamentária	49
7.5.	Instrumentos Legais de planejamento e orçamento público: normas, dispositivos, planejamento e orçamento.	51
7.5.1.	PPA 2024/2027	55
7.5.2.	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	55
7.5.3.	Lei Orçamentária Anual (LOA)	55
7.5.4.	Normas e planos específicos do estado do Rio de Janeiro	55
8.	Considerações finais	59

1. Introdução

1.1. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento estratégico que define a missão, a visão, os valores, os objetivos e as diretrizes de uma instituição, geralmente no âmbito educacional, como universidades e institutos federais. Ele estabelece o planejamento para um período determinado (neste caso, quatro anos, de 2026 a 2029). O PDI elenca prioridades e propõe ações para a melhoria da qualidade das condições de estudo, pesquisa, produção do conhecimento e trabalho, bem como dos serviços prestados.

Este relatório, elaborado pela Comissão de Atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (CAPDI), tem por objetivo subsidiar a votação da proposta orçamentária (P.O.) de 2026 da UERJ. A CAPDI entende que é muito importante que a P.O. de 2026 esteja alinhada com o PDI que está sendo desenvolvido para o ciclo de 2026 a 2029. Muito além de representar 25% do período elencado para a execução do plano estratégico em desenvolvimento, este primeiro ano será decisivo no contexto de uma mudança de cultura na UERJ. É preciso que todas as discussões que tenham impacto no futuro da UERJ estejam alinhadas com seu PDI. O estabelecimento e fortalecimento dessa cultura de planejamento, baseada em um PDI participativo, é imprescindível para uma instituição que prima pela excelência acadêmica, sem nunca deixar de ter em mente e ressaltar seu histórico papel de inclusão, diversidade e responsabilidade social.

A resolução 16/2024, relatada e aprovada por unanimidade no egrégio Conselho Universitário (Consun), instituiu a CAPDI, composta por representantes de cada centro setorial, do CONSUN, do CSEPE, das Pró-reitorias e da Administração Central, prevendo a elaboração de um plano participativo para o ciclo de 2026-2029. A CAPDI se reuniu diversas vezes desde então e criou subcomissões, a fim de organizar o trabalho.

A CAPDI já definiu versões preliminares da missão, visão, valores e macro-objetivos, que devem constar no PDI da UERJ para o ciclo 2026-2029. Além disso, recentemente, fez a primeira consulta à comunidade uerjiana, incentivando a realização dos Fóruns Locais, espaços de debate e contribuição coletiva para o planejamento estratégico da nossa universidade. Aproximadamente $\frac{2}{3}$ (dois terços) das unidades acadêmicas, administrativas e assistenciais responderam à referida consulta, gerando um rico material que ainda está sendo tratado, mas já revela quais são as prioridades para nossa instituição, na visão de diferentes componentes organizacionais. Outras etapas de consulta estão previstas, em especial no contexto da elaboração dos Planos de Desenvolvimento das Unidades (PDU), em que cada componente será incentivado a elaborar seu próprio planejamento estratégico.

Ao elencar as prioridades para a UERJ nos próximos quatro anos, cada componente organizacional teve a liberdade de usar a metodologia que entendesse mais adequada. Assim, vários componentes concentraram suas contribuições no que é mais urgente no momento. Logo, os macro-objetivos mais votados não devem necessariamente ser entendidos como a missão da instituição em si, mas sim como um reflexo das ações consideradas primordiais para assegurar as

condições necessárias para que a UERJ continue a desempenhar, com excelência, o seu papel como uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Nas próximas etapas do trabalho da CAPDI, os macro-objetivos elencados e debatidos junto à comunidade vão se desdobrar em objetivos estratégicos, metas, indicadores e ações, aproveitando inclusive várias sugestões da comunidade coletadas pelos formulários dos fóruns locais.

1.2. Breve histórico da UERJ

A fim de contextualizar a discussão apresentada neste relatório, é importante que se relembre, ao menos brevemente, o histórico da UERJ. Afinal, o planejamento do futuro jamais deve negligenciar a história da instituição. Nesta seção, a comissão contou com a colaboração da Rede de Memória Institucional da UERJ - Prof.^a Nilcea Freire (RMINF), que se constitui uma rede de referência da memória institucional da UERJ, possibilitando o acesso à sua história, contribuindo para o desenvolvimento e a preservação de sua memória.

Nascemos oriundos da Universidade do Distrito Federal (UDF), a universidade sonhada por Anísio Teixeira.

A universidade será assim um centro de saber, destinado a aumentar o conhecimento humano, um noviciado de cultura capaz de alargar a mente e amadurecer a imaginação dos jovens para a aventura do conhecimento, uma escola de formação de profissionais e o instrumento mais amplo e mais profundo de elaboração e transmissão da cultura comum brasileira. (Anísio Teixeira, 1964).

Neste contexto, foi criada, por meio do decreto municipal nº 5.513, a Universidade do Distrito Federal em 4 de abril de 1935. A universidade do Distrito Federal representava um modelo diferenciado de ensino superior que deixou marcas significativas na história das universidades brasileiras. Tendo como principal bandeira a valorização do magistério, tinha como um dos seus objetivos preparar profissionais qualificados. A UDF foi abolida já nos seus primeiros anos, mais precisamente em 1939, quando da elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal, em 1947, na Câmara do Deputados, o parlamentar Prof. Jonas Corrêa, propôs a criação de uma Universidade - a UDF - por meio da encampação de faculdades existentes. O Projeto tramitou em várias comissões, com vários substitutivos. Submetido à sanção do Prefeito Mendes de Moraes, em outubro de 1950, o Projeto foi vetado. Coube, então, ao Senado Federal em memorável sessão, sob a presidência de Nereu Ramos, Vice-Presidente da República, confirmar o veto. A derrubada do veto resultou na aprovação da Lei nº 547, de 4 de dezembro de 1950, que restabelece a Universidade do Distrito Federal, de Anísio Teixeira.

Esta é a nossa herança.

A UDF foi constituída, inicialmente, pela Faculdade de Ciências Jurídicas, de Ciências Médicas, de Ciências Econômicas e de Ciências e Letras (art.20 da Lei 547, 04/12/1950). De Universidade do Distrito Federal (UDF), passamos para Universidade do Rio de Janeiro (URJ), depois, Universidade do Estado da Guanabara (UEG), e, por fim, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Desde 1950, muitas gerações participaram do crescimento da nossa casa, construindo assim a UERJ. Cada uma delas ajudou e viu crescer, a Graduação, a Pós-Graduação, a Pesquisa e a Extensão da UERJ.

Para os padrões da época, nascemos como uma instituição destacada na formação em diferentes áreas, especialmente Direito, Educação, Engenharia, Medicina e Odontologia.

Ao longo de sua história, a UERJ consolidou uma trajetória marcada por importantes marcos institucionais, que refletem o esforço coletivo de sua comunidade acadêmica, técnica e administrativa. Esse percurso não pode ser atribuído a indivíduos, mas sim à força de um projeto de universidade pública comprometida com a formação de qualidade, a produção de conhecimento e a promoção da justiça social.

A partir da década de 1980, a criação da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa representou um ponto de inflexão para o fortalecimento da pesquisa e da formação de docentes. Nesse contexto, o Programa Especial de Capacitação Docente (PROCAD) foi um marco na consolidação das políticas voltadas à qualificação do corpo docente e à estruturação da pós-graduação *stricto sensu*. As diretrizes dessa política foram, ao longo dos anos, aprofundadas e expandidas, resultando em uma expansão significativa da pós-graduação, com ênfase nos cursos de doutorado e na elevação da produção científica institucional.

Nos anos 1990, destacou-se a ampliação da pesquisa e da extensão, bem como o reconhecimento da carga horária de extensão na jornada docente — medida considerada inovadora à época e que reforçou o papel da Universidade no diálogo com a sociedade. A valorização da extensão universitária consolidou-se como uma dimensão estratégica da atuação acadêmica.

Na década de 2000, a UERJ protagonizou um movimento pioneiro ao implantar o sistema de cotas, tornando-se referência nacional na formulação de políticas de ações afirmativas. Essa decisão inaugurou uma nova face da Universidade, voltada à democratização do acesso ao ensino superior e ao fortalecimento da permanência estudantil por meio de políticas de assistência e acolhimento.

Já nos anos 2010, a adoção do regime de dedicação exclusiva contribuiu decisivamente para o fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, elevando a inserção da UERJ em redes acadêmicas nacionais e internacionais. Também nesse período, foi intensificada a interiorização da Universidade, ampliando seu alcance territorial e o compromisso com o desenvolvimento regional.

Entre 2016 e 2017, a UERJ enfrentou uma das fases mais críticas de sua história, marcada por graves restrições orçamentárias e atrasos salariais. Mesmo diante das adversidades, a comunidade universitária se manteve unida e resistente, reafirmando o papel da Universidade pública como espaço de conhecimento, inclusão e esperança.

A partir de 2020, durante a pandemia de Covid-19, a UERJ demonstrou sua relevância social por meio da atuação destacada de seus hospitais universitários, da participação na campanha de vacinação e do desenvolvimento de pesquisas fundamentais para a compreensão da doença. Essa mobilização reafirmou a capacidade da Universidade de responder com excelência e agilidade aos desafios emergenciais.

Hoje, a UERJ se mantém em constante evolução. Seu reconhecimento entre as 12 melhores universidades do Brasil e sua crescente presença nos rankings internacionais são frutos do trabalho contínuo e coletivo de seus setores, unidades e pessoas — que, dia após dia, constroem com competência e responsabilidade o futuro da instituição.

A história da UERJ é, portanto, uma história de superação, compromisso e construção coletiva e mantendo-se como uma instituição de excelência no ensino, pesquisa e extensão. E é essa força institucional que continuará guiando seus passos nos anos que virão.

1.3. Estrutura do relatório

Este relatório começa com essa breve introdução, seguida do Capítulo 2, que apresenta a missão, visão e valores da UERJ. Já o Capítulo 3 traz os macro-objetivos elencados para o ciclo de 2026-2029, trazendo uma breve análise dos dados já compilados advindos dos fóruns locais. Os Capítulos 4, 5 e 6 abordam sucintamente a organização acadêmica, a gestão institucional, e a Infraestrutura da UERJ. Já o Capítulo 7 versa sobre Planejamento, Orçamento e Finanças, sendo por isso o principal capítulo do relatório. Por fim, o Capítulo 8 traz algumas considerações finais, compilando o que foi discutido no relatório.

1.4. Composição da CAPDI

De acordo com a Resolução 16/2024, modificada pela Resolução 07/2025 e com a Portaria a ser publicada em breve, a Comissão de Atualização do PDI que elaborou este relatório é composta pelos seguintes componentes organizacionais, representadas pelos respectivos servidores listados a seguir:

CAPDI – Eduardo Rocha de Almeida Lima (Coordenador)

CAPDI – Vanessa Silva Perez (Assessora)

CAPDI – Andre Torres Furtado (Assessor)

Reitoria – Marisa Maria Dreyer Breitenbach

Reitoria – Jorge José de Carvalho

PR-1 – Priscila Cardoso Petito

PR-1 – Arthur dos Santos Bastos

PR-2 – Alice Ribeiro Casimiro Lopes

PR-2 – Maria del Carmen Fernandez Corrales I

PR-3 – Ana Maria de Almeida Santiago

PR-3 – Rodrigo Zuza Nieto

PR-4 – Nelma Felipe Pinheiro

PR-4 – Amanda Danelli Costa

PR-5 – Márcia Fernandes Mendes Araújo

PR-5 – Livia Maria da Costa Silva

CCS – Renato dos Santos Veloso

CCS – Fernando Padovani

CTC – Gerson Pech

CTC – Américo Barbosa da Cunha Junior

CBI – Roberto Alves Lourenço

CBI – Patricia Alves Reis

CEH – Lílian Chirroll da Silva Araujo

CEH – Roberto Rodriguez Dória

DIPLAN – Marcelo Ferreira de Moraes

DIPLAN – Kassio Cardoso Borges

DIPLAN – Alexandre Cezar Nascimento dos Santos

DIPLAN – Guilherme Reis Tavares

DAF – Ary Pereira de Miranda

DAF – Cláudio Baptista Dantas

SGP – Gabriella de Oliveira Santiago Wolfram

SGP – Aline Campos de Moraes dos Santos

NIESC – Ana Carolina Feldenheimer da Silva

NIESC – Lisandro Lovisolo

DGTI – Carlos Gustavo Brandao Correa de Castro

DGTI – Debora Pontes Oliveira Silva

PREFEI – Lusiana Brandão Pessanha dos Santos

PREFEI – Nautali Luiz José dos Santos

REDE SIRIUS – Rinaldo Cavalcante Magallon

REDE SIRIUS – Ana Clara de Oliveira Brandão Neves

DIRCINT – Monica da Costa Heilbron

DIRCINT – Nely Palermo

HUPE – Rui de Teofilo Figueiredo Filho

HUPE – José Luiz Muniz Bandeira Duarte

PPC – Thiago Fernandez Pacheco

PPC – Denize Paulino Felizardo

HURHC – Francisco Barbosa Neto

HURHC – Rufino Correia Santos

COGEPRO – Eduardo Dario Martinez Rodriguez Filho

COGEPRO – Manoel Miguel de Lima Silva Júnior

SUPEERG – Patrícia Elaine Pereira dos Santos

SUPEERG – Rosineide Cristina de Freitas

Conselheiro – CONSUN – Diego da Silva Moreira

Conselheiro - CONSUN – Celso Luiz Moreira Pieroni

Conselheiro – CONSUN – André Luís Alberton

Conselheiro – CONSUN – Pablllo do Valle Bühler Pedrada

Conselheiro - CONSUN – Fernando Henrique Eduardo Guarnieri

Conselheiro - CSEPE – Celly Cristina Alves do Nascimento Saba

Conselheiro - CSEPE – Leonardo da Silva Barbosa

2. Missão, Visão e Valores

A CAPDI definiu, após ampla discussão, a missão, a visão (de futuro) e os valores a constarem no PDI da UERJ no ciclo de 2026-2029, conforme descritos a seguir.

2.1. Missão

A missão de uma instituição é a comunicação clara de seu propósito, a razão de sua existência. É uma declaração concisa da razão de ser da organização, que expressa o que ela faz (produtos, serviços e valor), para quem ela faz (usuários, beneficiários e cidadãos) e, em alguns casos, de que maneira ela faz.

Segue a proposta da CAPDI para a missão da UERJ:

Produzir e democratizar a ciência, a cultura, a educação e a tecnologia, por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e atenção à saúde, como uma universidade pública de excelência, assegurando um ambiente de respeito à diversidade e ao livre debate das ideias, formando profissionais qualificados e cidadãos críticos e comprometidos com uma sociedade justa, democrática, sustentável, inclusiva, equânime e plural.

2.2. Visão

A visão de futuro orienta a organização em sua trajetória, expressando o que ela aspira ser e alcançar. Representa uma projeção do seu estado ideal no futuro, equilibrando sua essência com aspectos passíveis de evolução.

Segue a proposta da CAPDI para a visão da UERJ:

Ser reconhecida, nacional e internacionalmente, pela sua excelência em ensino, pesquisa, extensão, bem como pelo seu compromisso com gestão, inovação e inclusão, consolidando-se como referência na sociedade, pela promoção da equidade, justiça social, desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade.

2.3. Valores

Os valores podem ser definidos como as convicções e premissas dominantes da organização, que refletem e exaltam o comportamento das pessoas, orientando a gestão estratégica. Eles perpassam as relações com os diversos atores envolvidos nos processos que a universidade opera, bem como, orientam as tomadas de decisão em situações de ambiguidade e incerteza.

Segue a proposta da CAPDI para os valores da UERJ (em ordem alfabética):

Equidade, Ética, Excelência, Inclusão, Responsabilidade Social, Sustentabilidade, Transparência.

3. Macro-objetivos

Os macro-objetivos funcionam como grandes direcionadores estratégicos, que orientam as decisões de uma organização ao longo do tempo. Eles devem estar alinhados à missão, visão e valores da instituição e serem flexíveis para permitir ajustes, conforme mudanças internas e externas.

Nas próximas etapas do trabalho da CAPDI, esses macro-objetivos serão desdobrados em objetivos estratégicos, metas, planos de ação e indicadores de monitoramento, que serão a parte mais prática do planejamento estratégico adotado.

De março a abril de 2025, foi realizado o primeiro grande evento de consulta da CAPDI à comunidade, por meio dos Fóruns Locais. Nesses eventos, cada componente organizacional (unidade acadêmica, unidade administrativa ou complexo de saúde) foi convidado a discutir coletivamente, da forma mais ampla possível, a priorização dos macro-objetivos supracitados e também sugerir um novo macro-objetivo para a UERJ neste ciclo.

Segue a proposta da CAPDI para os Macro-Objetivos da UERJ (em ordem alfabética), já contemplando sugestões de adequação e inclusão de um novo macro-objetivo, vindas dos fóruns e acatadas pela comissão:

- 1) *Aprimorar os mecanismos de avaliação institucional como instrumento de suporte à tomada de decisão, promovendo melhorias acadêmicas e de gestão.*
- 2) *Estimular a integração da comunidade universitária.*
- 3) *Estimular, em todos os níveis, a acessibilidade, a inclusão social e etária, a equidade de gênero, étnico-racial e a diversidade cultural.*
- 4) *Fomentar a permanência e o êxito estudantil.*
- 5) *Fomentar, promover e garantir a democracia, a justiça social, a laicidade, a transparência, a ética e a salvaguarda dos direitos humanos.*
- 6) *Implementar a transformação digital ¹.*
- 7) *Intensificar a articulação regional, nacional e internacional, o intercâmbio de conhecimento e a cooperação técnica, científica e cultural.*
- 8) *Intensificar os vínculos entre universidade e sociedade.*
- 9) *Produzir, preservar e difundir o conhecimento científico, tecnológico, artístico e social.*
- 10) *Promover a atenção à saúde da comunidade universitária.*
- 11) *Promover a excelência acadêmica.*
- 12) *Promover a sustentabilidade ambiental.*
- 13) *Requalificar e modernizar a infraestrutura física, assegurando sua adequação às necessidades acadêmicas, administrativas e comunitárias.*

Os dados obtidos nessa consulta estão ainda sendo tratados, mas algumas conclusões importantes já podem ser tiradas.

A compilação das respostas permitiu à CAPDI incluir um novo macro-objetivo, que contempla várias sugestões, aqui apresentado como o número 14:

- 14) *Promover a valorização dos trabalhadores da UERJ.*

Trata-se de uma manifestação muito importante e que não pode ser ignorada. Os servidores da UERJ vêm enfrentando uma expressiva redução do seu poder aquisitivo, decorrente da prolongada defasagem salarial. Diante desse cenário, a recomposição das remunerações configura-se como uma necessidade premente e representa uma demanda legítima e urgente da comunidade universitária.

Outras sugestões foram aproveitadas como propostas de objetivos estratégicos ou ações, e serão apresentados à comunidade assim que a comissão deliberar e definir os desdobramentos dos macro-objetivos.

A Tabela 3.1 apresenta os resultados da priorização dos macro-objetivos elencados pela comunidade, dentre os 13 macro-objetivos originalmente propostos pela CAPDI. Trata-se, assim,

¹ **transformação digital** é o processo de usar a tecnologia para modernizar e tornar mais eficientes os processos de uma organização.



Relatório da Comissão de Atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (CAPDI)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

de uma priorização fundamentada nas ações consideradas primordiais nos próximos anos para proporcionar as condições necessárias para que a UERJ continue a cumprir a sua missão institucional.

Tabela 3.1. Priorização dos macro-objetivos segundo diferentes critérios

Macro-objetivos	Priorização Geral	Priorização Unidades Acadêmicas	Priorização Unidades Administrativas	Priorização Unidades Assistenciais	Priorização Geral Ponderada	Priorização Unidades Acadêmicas Ponderada	Priorização Unidades Administrativas Ponderada	Priorização Unidades Assistenciais Ponderada
Objetivo 1	9	11	7	10	12	10	11	11
Objetivo 2	11	13	11	12	10	9	10	12
Objetivo 3	2	3	1	4	3	5	1	10
Objetivo 4	4	2	5	4	4	2	7	5
Objetivo 5	3	4	2	1	2	3	2	1
Objetivo 6	6	6	3	1	8	11	4	3
Objetivo 7	13	11	13	10	13	13	13	9
Objetivo 8	8	8	9	1	7	7	9	3
Objetivo 9	5	4	4	4	5	4	5	5
Objetivo 10	10	9	9	4	9	12	6	2
Objetivo 11	7	6	7	4	6	6	8	8
Objetivo 12	11	9	12	12	11	8	12	12
Objetivo 13	1	1	5	4	1	1	3	5

A Tabela 3.1 apresenta a ordem de priorização dos macro-objetivos institucionais com base em diferentes critérios de avaliação. Cada linha da tabela corresponde a um macro-objetivo, enquanto as colunas indicam a posição de prioridade atribuída segundo várias perspectivas. Os números indicam o grau de prioridade atribuído a cada objetivo, sendo 1 o mais prioritário e 13 o menos prioritário.

Foram considerados os seguintes critérios de priorização:

- *Priorização Geral*: média aritmética simples das respostas de todas as unidades participantes (acadêmicas, administrativas e assistenciais);
- *Priorização por tipo de unidade*: a prioridade foi analisada separadamente por Unidades Acadêmicas, Unidades Administrativas e Unidades Assistenciais;
- *Priorização Ponderada*: ponderou-se o número de respondentes de cada unidade, atribuindo maior peso às unidades com mais participantes. Essa ponderação foi aplicada tanto para o total geral quanto para os três grupos de unidades, resultando nas colunas: Geral Ponderada, Acadêmicas Ponderada, Administrativas Ponderada e Assistenciais Ponderada.

Esse conjunto de dados permite uma visualização ampla e comparativa das diferentes percepções institucionais sobre os objetivos estratégicos, considerando tanto o volume quanto a origem das respostas.

A análise dos dados da Tabela 3.1 revela algumas tendências importantes na percepção institucional sobre os macro-objetivos. O objetivo "Requalificar e modernizar a infraestrutura física..." (Objetivo 13) aparece como o mais prioritário em quase todos os critérios, ocupando a 1ª posição na Priorização Geral, nas Unidades Acadêmicas, e nas ponderações Geral e Acadêmica. Isso indica um consenso institucional sobre a importância da melhoria da infraestrutura. Os objetivos voltados à justiça social, permanência estudantil e inclusão (Objetivos 3, 4 e 5) também se destacam como prioritários. O objetivo "Fomentar, promover e garantir a democracia, a justiça social..." (Objetivo 5) aparece entre os três mais prioritários em praticamente todos os critérios. O objetivo "Estimular a acessibilidade e inclusão social..." (Objetivo 3) está entre os três primeiros nas priorizações não ponderadas com destaque especial nas Unidades Administrativas. A "permanência e êxito estudantil ..." (Objetivo 4) mantém-se entre os cinco primeiros em todas as colunas. Em relação aos menos prioritários, o objetivo "Intensificar a articulação regional, nacional e internacional..." (Objetivo 7) aparece dentre os menos prioritários (posição 13 em várias colunas), indicando que, no momento, esse aspecto é menos urgente. Sustentabilidade Ambiental (Objetivo 12) está entre as últimas colocações na maioria das colunas, sugerindo que, apesar de sua relevância global, ainda é percebida como secundária no contexto institucional atual, em que outras pautas são consideradas mais urgentes.

O destaque dado pela comunidade ao macro-objetivo sobre infraestrutura evidencia a **demand a por requalificação e modernização da infraestrutura física** da UERJ. Essa situação expressa a insuficiência de investimentos em infraestrutura acumulada ao longo das últimas

décadas, bem como reforça a **necessidade de captação de recursos para a realização de obras de adequação, muitas das quais são emergenciais e atendem a exigências legais.**

Diversos componentes organizacionais apontaram que outros macro-objetivos mais diretamente relacionados à missão da UERJ só poderão ser atingidos de fato se nossa universidade **superar o atual déficit em infraestrutura**, a fim de atender satisfatoriamente às necessidades acadêmicas, administrativas e comunitárias, permitindo **amplo desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e atenção à saúde.**

Por isso, a CAPDI recomenda fortemente que o texto da proposta orçamentária enfatize a necessidade urgente da **recomposição salarial** dos trabalhadores da UERJ e do **aumento de investimentos** na linha de gastos **L5 (Projetos)** para a universidade, a fim de que esta possa desempenhar suas atividades **com excelência, atendendo às necessidades da população** do Rio de Janeiro. Esse achatamento dos salários e essa falta de investimento em infraestrutura tem levado ao **adoecimento de muitos trabalhadores, à perda de força de trabalhadores e estudantes**, que partem em busca de melhores condições de trabalho e estudo.

A seguir, os mais votados foram o **3**, que trata de **acessibilidade, inclusão e equidade**, e o **5**, que abrange democracia, **justiça social, transparência, ética e direitos humanos**. Esses conceitos estão em consonância com a missão e os valores elencados para a UERJ. Cabe a todos nós, membros da comunidade uerjiana, buscar que eles sejam garantidos, muito mais que estimulados ou fomentados. A propósito, o termo garantir só não foi usado com mais frequência devido ao entendimento de que é um verbo muito forte, que pode levar a um entendimento de algo utópico e inatingível, o que por vezes dificulta o engajamento.

A comunidade também deu **destaque ao macro-objetivo** que se refere à **permanência e ao êxito estudantil**. Nos desdobramentos deste importante macro-objetivo, serão propostos objetivos estratégicos, metas e ações para fomentar tanto para a permanência quanto para o êxito estudantil. Cabe lembrar que êxito estudantil se refere ao desempenho e crescimento integral do estudante ao longo de sua trajetória universitária, abrangendo não apenas o desempenho em sala de aula, mas também o engajamento, satisfação e aquisição de habilidades relevantes para seu futuro profissional e pessoal. A principal medida do êxito estudantil é a sua formação e inserção na sociedade.

É importante lembrar que a permanência estudantil se promove com **acolhimento e assistência**, para que os estudantes tenham **estrutura e condições básicas** atendidas no **compromisso acadêmico**. Deve-se compreender que se refere a um conjunto de ações e programas que apoiem os estudantes, sobretudo quando em situação de **vulnerabilidade social**, para plena **permanência e sucesso na formação acadêmica**, além de promover condições saudáveis e a motivação dos trabalhadores. Não é possível garantir a permanência estudantil sem uma boa **infraestrutura para estudo, convivência e prática**. Logo, essas reivindicações devem caminhar sempre juntas, com os três segmentos – discentes, docentes e técnico-administrativos – lutando juntos por melhores condições de trabalho e estudo, nunca uns contra os outros. É preciso que a sociedade enxergue a UERJ como uma universidade unidade, que se planeja e sabe onde quer chegar.

Outro macro-objetivo bem votado foi aquele identificado pelo número 9, sobre **produção e difusão do conhecimento**, que está intimamente **ligado à missão da universidade**. Muitos componentes comentaram que este e outros mais ligados à missão **só não foram elencados como os mais importantes por se entender que eles já são atingidos**, não sendo urgente focar neles.

Também foi bem votado o macro-objetivo sobre o tema da **transformação digital**, refletindo a necessidade de se investir de fato na **implementação de ações** que envolvam a **aplicação da tecnologia para modernizar e tornar mais eficientes os processos da UERJ**. O levantamento preliminar nessa área é de que a nossa transformação digital está atrasada e precisa ser acelerada.

Os macro-objetivos mais votados refletem com nitidez o **estágio atual da UERJ**, marcado por um **processo contínuo de consolidação e desenvolvimento institucional**, caracterizado pela intensificação dos esforços voltados à **melhoria das condições estruturais e operacionais**, imprescindíveis para a **expansão qualificada das suas atividades, preservando os princípios e valores** que fundamentam a missão da Universidade.

Os demais macro-objetivos, embora não destacados neste relatório, mantêm plena relevância no planejamento institucional e estarão devidamente contemplados no PDI. A opção por não detalhá-los neste documento visa assegurar objetividade e concisão à análise apresentada, reduzindo a extensão do texto.

4. Organização Acadêmica

4.1. Projeto Pedagógico Institucional: Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

Em consonância com sua missão, apresentada no Capítulo 2, as políticas institucionais de ensino da UERJ envolvem:

- Expansão sustentável e qualificação da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação;
- Valorização do ensino público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado;
- Fortalecimento de ações de permanência estudantil;
- Estímulo à inovação didático-pedagógica;
- Promoção da excelência acadêmica, formação continuada de seus docentes e técnicos, e da inclusão de estudantes e trabalhadores com diferentes necessidades.

A consolidação desse projeto institucional é viabilizada pela atuação articulada de suas cinco Pró-Reitorias finalísticas:

- **Pró-Reitoria de Graduação (PR-1):** responsável pela formulação e acompanhamento das políticas de ensino de graduação, bem como pela gestão da trajetória acadêmica das(os) estudantes, desde o ingresso até a colação de grau e o registro do diploma.
- **Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2):** coordena as atividades relacionadas à pós-graduação, à pesquisa e à inovação, promovendo a articulação entre programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, além de gerenciar programas institucionais de fomento à produção científica e tecnológica.
- **Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PR-3):** supervisiona e sistematiza as ações de extensão e cultura desenvolvidas pelas unidades acadêmicas e administrativas,

promovendo a integração da universidade com a sociedade por meio de programas, projetos, cursos e eventos.

- **Pró-Reitoria de Políticas e Assistência Estudantis (PR-4):** Formula políticas e ações voltadas à assistência estudantil, inclusão e acessibilidade das (os) estudantes, visando assegurar condições adequadas de permanência e bem-estar no ambiente universitário.
- **Pró-Reitoria de Saúde (PR-5):** Desenvolve e coordena ações de promoção à saúde, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco na valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) e na formação de profissionais comprometidos com a saúde pública.

A PR-1 da UERJ desempenha um papel estratégico no fortalecimento do Estado do Rio de Janeiro, ao formular e implementar políticas voltadas à formação de profissionais qualificados para atuar em áreas essenciais ao desenvolvimento regional. Atenta às transformações sociais, a PR-1 promove, sempre que necessário, reestruturações e inovações nos modelos organizacionais da graduação, contribuindo para a constante adaptação da Universidade às novas demandas da sociedade. Cabe ainda à PR-1 a responsabilidade pela formulação e acompanhamento das políticas de ensino de graduação da UERJ, bem como pela gestão da trajetória acadêmica das (os) estudantes, desde o ingresso até a colação de grau e o registro do diploma.

Ao longo dos últimos anos, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desenvolveu estratégias sistemáticas de monitoramento e avaliação, com o objetivo de assegurar a qualidade acadêmica e promover a inclusão. Nesse contexto, além da utilização de dados institucionais já consolidados, novos instrumentos de acompanhamento vêm sendo elaborados, como relatórios no Sistema Acadêmico de Graduação, permitindo uma análise mais precisa do andamento das atividades acadêmicas. Essas informações subsidiam a revisão de normas internas e fundamentam ações de formação voltadas a docentes, técnicos e estudantes, contribuindo para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem em todos os seus aspectos.

Com base nesse processo contínuo de avaliação, a UERJ pretende ampliar a oferta de cursos de graduação, por meio da proposição de novos projetos pedagógicos alinhados às transformações contemporâneas do mundo do trabalho, da ciência e da cultura. Planeja-se, ainda, a modernização dos cursos existentes, mediante a revisão e atualização de seus currículos, em consonância com as normativas nacionais e com os princípios institucionais.

O aprimoramento da infraestrutura acadêmica também constitui uma diretriz prioritária. Estão previstas ações voltadas à modernização de laboratórios didáticos e de pesquisa, à criação de novos espaços de aprendizagem e à requalificação física de ambientes acadêmicos. Esses avanços deverão estar acompanhados da adequação da estrutura docente, com a definição de perfis profissionais compatíveis com as novas exigências formativas e a garantia da alocação de recursos humanos qualificados para a implementação e consolidação dos novos cursos e currículos.

No campo da gestão acadêmica e administrativa, o planejamento para a graduação consiste na modernização de processos e rotinas, por meio da incorporação de tecnologias digitais e da formulação de normativas internas atualizadas, capazes de responder com

agilidade, eficiência e transparência aos desafios contemporâneos. Pretende-se, com isso, promover maior integração entre as diferentes áreas da Universidade e consolidar uma cultura institucional voltada à inovação e à qualidade do ensino de graduação.

A UERJ também obteve destaque nacional em avaliações externas, alcançando notas máximas em diversos cursos de graduação. Esse desempenho está diretamente relacionado à qualificação de seu corpo docente e à política institucional que valoriza o ensino de graduação, exigindo a dedicação de parte da carga horária docente a essa etapa da formação, o que fortalece a articulação entre graduação e pós-graduação.

Atualmente, a UERJ está presente em 19 campi e unidades externas, conta com cerca de 30 mil estudantes de graduação em 82 cursos, configurando-se como uma das mais importantes instituições de ensino superior do país. O fortalecimento contínuo da graduação, por meio das ações planejadas e em desenvolvimento, reafirma o compromisso da Universidade com a formação de excelência, a inclusão social e o desenvolvimento regional sustentável.

A PR-2 tem como missão institucional formular políticas, estimular e oferecer suporte às atividades vinculadas ao ensino de pós-graduação, à pesquisa e à inovação no âmbito da universidade. Alinhada a esse compromisso, a PR-2 atua de forma estratégica na expansão e qualificação do sistema de pós-graduação, com atenção especial à criação e ao fortalecimento de programas em todas as áreas do conhecimento, especialmente em nível de doutorado, buscando a excelência acadêmica. Também busca consolidar mecanismos de financiamento que assegurem sustentabilidade às atividades de pesquisa e pós-graduação, além de fortalecer a articulação entre grupos e linhas de pesquisa da instituição, visando a interdisciplinaridade.

A internacionalização constitui outro eixo importante de sua atuação, com estímulo à celebração de convênios, ao intercâmbio de pesquisadores e discentes, e à cooperação acadêmica com instituições do exterior.

A PR-2 estimula também a divulgação científica e o aperfeiçoamento contínuo dos sistemas de acompanhamento e avaliação institucional.

No campo da inovação, a atuação do Departamento de Inovação da UERJ (InovUerj) tem sido ampliada, contribuindo com projetos voltados à integração entre universidade, sociedade e setor produtivo. A PR-2 reconhece, ainda, o papel estratégico dos(as) coordenadores(as) dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, buscando aprimorar suas condições de trabalho, fortalecer os ambientes institucionais e ampliar o suporte técnico e administrativo qualificado. Nesse contexto, está em desenvolvimento a implantação de um sistema integrado de gestão da pós-graduação, voltado à articulação entre coordenações, instâncias internas e agências de fomento, com vistas a promover maior eficiência, transparência e agilidade nos processos acadêmicos e gerenciais.

No âmbito do fomento à pesquisa, a PR-2 coordena a avaliação e implementação das bolsas dos Programas: Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística (Prociência), Programa de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Acadêmico (PAPD) e Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (Proatec). A PR-2 também apoia a expansão de bolsas para atuação nos Laboratórios Multiusuários, e trabalha em parceria com as

unidades acadêmicas para subsidiar a realização de concursos públicos voltados à contratação de técnicos de laboratório com formação específica, contribuindo diretamente com a infraestrutura necessária para a expansão do parque tecnológico da UERJ.

A valorização dos laboratórios de pesquisa é outro compromisso central, buscando subsidiar e promover a institucionalização e valorização dos laboratórios de pesquisa, com atenção especial à normatização da criação desses espaços de ensino e pesquisa, tornando-se importantes núcleos estruturantes da produção científica na UERJ.

A PR-2 também fomenta a organização, a preservação e a valorização de acervos e coleções científicas, culturais e acadêmicas, reconhecendo nesses patrimônios um importante recurso estratégico para o ensino, a pesquisa e a extensão na Uerj. A PR-2, dentre suas competências, tem como objetivo valorizar ainda mais a pós-graduação, a pesquisa e a inovação na nossa universidade. Para isso, ela desenvolve diversas ações voltadas à qualificação continuada dos docentes, contribuindo para o aprimoramento de suas competências e para a busca pela excelência acadêmica.

Além disso, atua na promoção da iniciação à pesquisa de graduandos e de estudantes do ensino médio do Cap-UERJ, incentivando o envolvimento dos jovens com atividades de pesquisa, estimulando o interesse e a formação de futuros pesquisadores.

Outro aspecto fundamental, também sob a responsabilidade da PR-2, é a inserção de técnicos especializados em laboratórios de pesquisa, fortalecendo a infraestrutura e elevando a qualidade das atividades científicas realizadas na universidade, por meio de programas de bolsas específicas.

A PR-2 trabalha de forma contínua para consolidar esses pilares, sempre buscando ampliar as oportunidades de formação, pesquisa e inovação na UERJ, contribuindo assim para o desenvolvimento acadêmico e científico da nossa sociedade.

No âmbito da pesquisa, a UERJ vem consolidando políticas institucionais robustas de fomento à produção científica, tecnológica e cultural, alinhadas aos princípios da excelência acadêmica e da responsabilidade social. Essas políticas incluem estratégias para a ampliar a internacionalização da pesquisa, o estímulo à formação e à consolidação de redes colaborativas interinstitucionais, interdisciplinares e multicêntricas, bem como a criação de condições estruturais e operacionais que favoreçam a inovação, a circulação do conhecimento e a inserção qualificada da Universidade no cenário nacional e internacional da ciência.

A extensão universitária é tratada como um eixo estruturante e integrador das atividades acadêmicas, orientando-se pelas diretrizes nacionais estabelecidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX): interação dialógica, interdisciplinaridade, impacto na formação discente, impacto social, e indissociabilidade com ensino e pesquisa. Os programas e projetos de extensão da UERJ visam promover a transformação social e o fortalecimento da cidadania participativa, especialmente junto a populações vulnerabilizadas.

A universidade conta com mais de mil e quinhentos projetos de extensão em andamento, distribuídos por suas diversas unidades, abrangendo as áreas temáticas definidas na Política Nacional de Extensão Universitária: saúde, educação, meio ambiente, cultura, direitos humanos, trabalho e tecnologia (FORPROEX, 2012). A política institucional de extensão também contempla a inserção curricular da extensão, nos termos da Resolução CNE/CES nº 7/2018, processo que se orienta pela indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa, tendo como propósito a ampliação do diálogo transformador entre a Universidade e outros setores sociais, produzindo impactos na formação de profissionais comprometidos com a transformação social e a superação de desigualdades.

As ações culturais, por sua vez, estão integradas à extensão e têm se consolidado como instrumentos estratégicos de formação crítica, valorização da diversidade e diálogo entre saberes. A UERJ fomenta grupos artísticos, ações de valorização das culturas populares, eventos culturais e políticas de difusão cultural voltadas à democratização do acesso aos bens simbólicos.

Complementando o compromisso com a formação integral, a universidade também investe fortemente em políticas de acolhimento, inclusão e permanência estudantil, por meio da Pró-Reitoria de Políticas e Assistência Estudantis (PR-4). Criada pela Resolução nº 04 de 2020 do CONSUN e inicialmente estruturada pelo AEDA nº 17 de 2020, a PR-4 integra a estrutura superior da UERJ, com a responsabilidade de formular políticas e estruturar ações voltadas à assistência estudantil.

Cabe a essa unidade promover, articular e acompanhar atividades que assegurem condições equitativas de permanência para estudantes da Graduação, da Pós-Graduação e do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), contemplando as diversas dimensões da inclusão e da acessibilidade. Suas ações dialogam com o tripé ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo a centralidade do bem-estar, do acolhimento e da escuta ativa na trajetória universitária.

Ao planejar e gerir estratégias voltadas à melhoria das condições de vida estudantil, a PR-4 reafirma o compromisso institucional com a equidade, a justiça social e a promoção de uma universidade verdadeiramente acessível, diversa e inclusiva. Cabe ressaltar que o programa de assistência estudantil da UERJ está entre os mais robustos do país, o que em larga medida se deve à atenção aos estudantes ingressantes por meio da reserva de vagas. Nesse sentido, é também responsabilidade da PR-4 ancorar a elaboração de relatórios que subsidiem a renovação da legislação estadual que garante ações afirmativas, como é a reserva de vagas.

Nesse mesmo horizonte de cuidado com as pessoas que compõem a comunidade universitária, destaca-se a atuação da Pró-Reitoria de Saúde (PR-5), cuja criação, pela Resolução nº 05/2021, representa um avanço significativo na consolidação da saúde como pilar estratégico da UERJ. Fortemente vinculada à missão institucional — que integra ensino, pesquisa, extensão e assistência —, a PR-5 tem como principal propósito promover o cuidado em saúde de forma integral para servidores e estudantes, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e com atenção à não sobrecarga dos profissionais da rede pública. Suas atribuições incluem:

- Articular, em diálogo com instâncias da UERJ, ações integradas de atenção à saúde sem ferir os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS e gerar sobrecarga de trabalho aos profissionais;

- Colaborar com as unidades assistenciais do Complexo de Saúde nos níveis de atenção primária, secundária e terciária;
- Otimizar recursos humanos e de infraestrutura por meio do uso compartilhado de serviços de apoio;
- Desenvolver indicadores de infraestrutura, processos e resultados;
- Estimular a cooperação técnico-científica com o SUS nas esferas federal, estadual e municipal;
- Fortalecer a integração acadêmico-assistencial visando à construção de um modelo de gestão para as unidades assistenciais do Complexo de Saúde;
- Consolidar a cultura da pesquisa no Complexo de Saúde, com objetivo de gerar conhecimento aplicado às necessidades do SUS.

4.2. Articulação entre as Modalidades Presencial e a Distância

A UERJ possui uma política institucional consolidada de integração entre o ensino presencial e a distância, por meio da PR-1. A universidade é integrante do Consórcio CEDERJ, que tem o propósito de ampliar o acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade em todo o Estado do Rio de Janeiro. O Consórcio reúne 8 instituições públicas de ensino superior que, em conjunto, oferecem 18 cursos nas modalidades licenciatura, bacharelado e tecnólogo. Atualmente, mais de 50 mil estudantes estão matriculados nos cursos de graduação a distância vinculados ao Consórcio. Além disso, a Uerj integra cursos de pós-graduação stricto-sensu em rede nacional, realizados à distância, conforme normas estabelecidas pela Capes.

O avanço tecnológico nas áreas de comunicação e informação tem ampliado as possibilidades para os processos de ensino-aprendizagem a distância, viabilizando novas abordagens pedagógicas que utilizam multimídias e ferramentas interativas. Isso reforça a importância de ações contínuas para a incorporação dessas tecnologias no ambiente educativo.

O modelo pedagógico adotado busca garantir qualidade, equidade e acessibilidade entre as modalidades, promovendo a formação de tutores, a produção de conteúdos autorais, o desenvolvimento de ambientes virtuais e o suporte tecnológico constante. Os polos de apoio presencial funcionam como espaços físicos de referência onde os alunos realizam essas atividades obrigatórias, como avaliações e tutoria presencial. A Uerj está presente em 17 dos 43 polos do Consórcio CEDERJ, ofertando em muitos deles mais de um curso.

Dado o alcance dos cursos EaD dentro do Estado, atendendo a demanda social de formação de professores com qualidade para melhoria da educação básica, essa política amplia a presença territorial da UERJ e reforça sua missão de interiorização e democratização do acesso ao ensino superior, especialmente em áreas com menor oferta de cursos presenciais.

4.3. Cronograma de Implantação de Cursos

Durante o ciclo 2026-2029, está prevista a avaliação contínua da demanda social, da capacidade de atendimento institucional e das áreas estratégicas de desenvolvimento regional para definição da abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação.

Estudos prospectivos conduzidos pelas Pró-Reitorias PR-1 e PR-2, com apoio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e dos colegiados, orientam a formulação do cronograma de implantação. Essa definição considerará, entre outros critérios, a viabilidade orçamentária, o corpo docente disponível e os indicadores de avaliação institucional. No que concerne especificamente aos Programas de Pós-graduação stricto-sensu, a proposta institucional prevê ampliação dos cursos em todas as áreas de conhecimento, com destaque para a oferta de cursos de doutorado em todos os PPGs, incluindo os Mestrados Profissionais e em Rede Nacional.

4.4. Integração da Extensão e da Cultura na organização Acadêmica

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) compreende a extensão e a cultura como dimensões fundantes de sua missão institucional e estruturantes de sua organização acadêmica, em consonância com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto na Constituição Federal e reiterado nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Resolução CNE/CES nº 7/2018.

A política de extensão da UERJ é orientada pela promoção de práticas acadêmicas dialógicas e territorialmente referenciadas, com impacto formativo e social. Essas práticas articulam os saberes produzidos na universidade às demandas da sociedade, promovendo a cidadania, a equidade e o desenvolvimento sustentável. A extensão universitária é compreendida como um processo educativo, cultural e científico que transforma tanto os sujeitos envolvidos quanto os territórios com os quais interagem.

Nesse contexto, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PR-3) tem papel estratégico na articulação institucional das ações de extensão, programas intersetoriais e projetos integrados, assim como no fomento à inserção curricular da extensão, prevista na Resolução CNE/CES nº 7/2018, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação. Tais ações são desenvolvidas de forma transversal, envolvendo docentes, técnicos, discentes e parceiros externos, em processos contínuos de escuta, corresponsabilidade e avaliação crítica.

A dimensão cultural, por sua vez, está integrada à política de extensão e é reconhecida como componente central da formação universitária, não apenas como expressão artística, mas como campo de produção de conhecimento, reconhecimento da diversidade epistêmica e afirmação de direitos. A UERJ desenvolve uma política cultural comprometida com a democratização do acesso aos bens culturais, o incentivo à criação artística e o diálogo intercultural. Essa política se materializa em programas e iniciativas como festivais universitários, circuitos de arte, editais de fomento, grupos artísticos institucionais e ações voltadas à acessibilidade e à inclusão.

Nesse sentido, a UERJ adota uma estratégia ativa de incentivo e fomento à cultura, potencializada por seu expressivo conjunto de equipamentos culturais, que inclui dois teatros, uma concha acústica, quatro galerias de arte e um centro cultural dinâmico, responsável pela oferta contínua de oficinas e atividades formativas em diversas áreas da cultura. Esses espaços não apenas acolhem a produção artística da comunidade universitária e da sociedade em geral,

como também funcionam como laboratórios vivos de experimentação, aprendizado e troca de saberes.

A integração entre extensão e cultura é, portanto, um diferencial da organização acadêmica da UERJ, promovendo experiências formativas interdisciplinares e críticas, fortalecendo o vínculo da universidade com os territórios e sujeitos sociais, e contribuindo para a consolidação de uma universidade pública comprometida com a justiça social, a diversidade e a transformação da realidade.

5. Gestão Institucional

5.1. Organização Administrativa e Gerencial da Instituição

A gestão institucional da UERJ é pautada pela autonomia administrativa e pedagógica, conforme previsto em seu Estatuto.

A estrutura da universidade compreende: órgãos superiores (Assembleia Universitária, Conselho Universitário, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, e Conselho de Curadores), Reitoria, unidades acadêmicas e órgãos de apoio às atividades acadêmicas e administrativas. A estrutura acadêmica é descentralizada e democrática, com eleição de diretores e chefes de departamento, e com participação de representantes de todos os segmentos nos colegiados.

A seguir, são apresentadas as principais estruturas de apoio acadêmico e administrativo da universidade.

5.1.1. Órgãos de Apoio Acadêmico

A UERJ conta com órgãos de apoio que são fundamentais para a formação acadêmica e assistência à saúde:

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS Uerj) - Serviço que integra a rede de atenção psicossocial do SUS como dispositivo substitutivo ao modelo manicomial, atuando na promoção do cuidado em liberdade e na garantia dos direitos das pessoas com transtornos mentais graves e persistentes. Com base em uma abordagem interdisciplinar e comunitária, o CAPS Uerj oferece acolhimento em situações de crise e acompanhamento psicossocial contínuo, articulando práticas clínicas e sociais que envolvem usuários, famílias, redes de apoio e o território. Sua atuação está voltada à construção de projetos terapêuticos singulares, que favoreçam a autonomia, a inclusão e o fortalecimento dos laços sociais e na articulação com as demais

unidades de Saúde e com dispositivos de outros setores e políticas sociais como a educação, assistência social e habitação.

Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS) - Base avançada da UERJ em Área de Proteção Ambiental (APA) dos Tamoios e no Parque Estadual da Ilha Grande, voltada ao desenvolvimento de pesquisas científicas, tecnológicas, atividades de extensão e formação acadêmica nas áreas de meio ambiente e sustentabilidade. Abriga projetos em 12 áreas do conhecimento, como Botânica, Ecologia, Oceanografia, Engenharia de Pesca, Educação Ambiental e Sociologia.

Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EdUERJ) - Responsável por promover, coordenar e regulamentar as atividades editoriais da universidade. Integrante da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), consolidou-se como agente fundamental na disseminação do conhecimento acadêmico, combinando qualidade editorial, rigor científico e compromisso com a democratização do saber. Com cerca de 600 títulos publicados e seis prêmios editoriais, a EdUERJ atua em diversas áreas do conhecimento. Também é responsável pela gestão do Portal de Publicações Eletrônicas da UERJ, que abriga 83 revistas científicas com o selo EdUERJ, garantindo políticas editoriais consistentes e alinhadas aos critérios de excelência acadêmica. Atuando como elo entre a universidade e a sociedade, suas obras contribuem para o desenvolvimento cultural, profissional e humano dos leitores, ao mesmo tempo em que fortalecem a maturidade intelectual da instituição.

Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) - Hospital-escola da UERJ, referência no atendimento à população e na formação de profissionais de saúde. Integra ensino, pesquisa e assistência, oferecendo campo de estágio para alunos de diversos cursos da universidade, como Medicina, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia e Psicologia. Com mais de 500 leitos e taxa média de ocupação de 70%, o HUPE realiza procedimentos em mais de 60 especialidades e subespecialidades médicas, incluindo cirurgias de alta complexidade, como transplantes cardíacos e renais. A instituição realiza em torno de 50 mil atendimentos ambulatoriais e mais de 3 mil cirurgias por mês, conciliando o compromisso com a saúde pública à excelência acadêmica.

Hospital Universitário Reitor Hesio Cordeiro (HURHC) - Inaugurado em 2021, o HURHC amplia a presença da UERJ na rede pública de saúde fluminense, reforçando o compromisso com o SUS e com a formação de profissionais qualificados. Fruto de uma parceria entre a Universidade e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Estadual de Saúde (SES-RJ), o hospital integra o Projeto de Regionalização da Saúde, com foco no atendimento a regiões com déficit de leitos e de procedimentos especializados. Além de contribuir para a redução das desigualdades no acesso à saúde, o HURHC consolida-se como espaço estratégico para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária na região.

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ) - escola pública de educação básica vinculada como unidade acadêmica da UERJ. Entre seus objetivos está o desenvolvimento de métodos e estratégias diferenciadas de ensino-aprendizagem e avaliação, a promoção de educação de qualidade para estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio, bem como a realização de atividades de pesquisa, ensino e extensão por seu corpo docente e técnico-administrativo.

Policlínica Universitária Piquet Carneiro (PPC) - Importante centro de formação em saúde e um polo de atendimento ambulatorial de alta capilaridade. Com 15 mil m² de área útil, integra ensino, serviço e pesquisa, atuando como espaço de desenvolvimento e avaliação de modelos inovadores de atenção à saúde, com foco na desospitalização e na prevenção. A PPC oferece serviços em mais de 45 especialidades médicas e não médicas, além de suporte diagnóstico e terapêutico, com uma média de 15 mil atendimentos ambulatoriais mensais. Sua atuação reforça o compromisso da UERJ com a saúde pública e a formação de profissionais capacitados para práticas resolutivas e humanizadas.

Núcleo do Envelhecimento Humano (Nuceh) - Centro de ensino, pesquisa, extensão e assistência dedicado às questões relacionadas ao envelhecimento da população brasileira. Seu objetivo é promover debates, formar recursos humanos qualificados e oferecer atenção especializada à saúde da pessoa idosa. Anualmente, o Nuceh realiza cerca de 70 cursos e oficinas livres voltados à promoção do envelhecimento ativo e à capacitação de profissionais. Na linha assistencial, possuem a Unidade de Atenção à Pessoa Idosa (UnAPI).

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas (NEPAD) - Centro de referência nacional e internacional na prevenção, pesquisa e tratamento de pessoas com dependência química. Com uma abordagem psicoterapêutica diferenciada e não institucionalizante, o NEPAD realiza entre 900 e 1.500 atendimentos por ano, oferecendo acompanhamento clínico, terapia ocupacional e ações de conscientização. Além da assistência direta, desenvolve pesquisas epidemiológicas e promove estratégias de prevenção do uso de drogas, articulando ensino, extensão e cuidado em saúde mental.

Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA) - Unidade docente-assistencial da UERJ dedicada à promoção da atenção integral à saúde de adolescentes e jovens, com foco na faixa etária entre 12 e 20 anos. Com atuação nos três níveis de atenção à saúde, o NESA adota uma abordagem interdisciplinar, que integra ações clínicas, psicossociais, educativas e preventivas. Sua estrutura combina atendimento qualificado à população, com formação acadêmica e desenvolvimento de pesquisas, contribuindo para a construção de políticas públicas voltadas às especificidades da adolescência.

5.1.2. Órgãos de Apoio Administrativo

Auditoria Geral da Uerj (AGUerj): unidade responsável pela auditoria interna da universidade, com a missão de zelar pela regularidade dos atos administrativos e pela conformidade das demonstrações contábeis da instituição. Cabe à AGUerj realizar o controle e a avaliação dos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais da UERJ, contribuindo para a transparência da gestão, a prevenção de irregularidades e a promoção da eficiência no uso dos recursos públicos. De forma independente e objetiva, a AGUerj busca agregar valor e aprimorar as operações da universidade, subsidiando a tomada de decisões e auxiliando a alta administração no alcance de seus objetivos institucionais. Sua atuação fundamenta-se em uma abordagem sistemática e disciplinada, voltada ao fortalecimento dos processos de gerenciamento de riscos,

controle interno e governança, o que a torna estratégica para a integridade e a sustentabilidade da gestão universitária.

Centro de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento (CEED): criado em 2009 e tem como missão articular demandas do Estado do Rio de Janeiro e de seus municípios que possam ser atendidas pela UERJ, especialmente nas áreas de ensino, ciência, tecnologia e inovação. Com foco na interiorização e no fortalecimento da presença institucional fora da região metropolitana, o CEED atua na ampliação do acesso à formação e no desenvolvimento de parcerias que contribuam para o avanço econômico, social e cultural do Estado. É responsável por protocolar, avaliar, registrar, monitorar e divulgar os convênios firmados com entidades públicas e privadas, além de acompanhar a execução orçamentária e a prestação de contas. Também sistematiza e compartilha dados estratégicos sobre a atuação da universidade, funcionando como canal permanente de recepção e encaminhamento de demandas externas.

Centro de Produção da Uerj (CEPUERJ): unidade administrativa responsável por viabilizar atividades de prestação de serviços e gerenciar, administrativa e financeiramente, os projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas da universidade. Com mais de 50 anos de atuação, o CEPUERJ oferece serviços como gestão de cursos e treinamentos, organização de concursos, digitalização de documentos, consultorias técnicas e serviços laboratoriais. Atua também na captação de recursos para a UERJ, buscando modernizar rotinas administrativas com foco em agilidade e transparência. Por sua natureza jurídica como fundação pública estadual, a UERJ pode ser contratada diretamente por órgãos públicos por meio do CEPUERJ, com dispensa de licitação conforme previsto no art. 24, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93.

Diretoria de Comunicação Social (COMUNS): unidade administrativa responsável pela formulação e execução da política de comunicação institucional da UERJ. Atua na consolidação da imagem pública da universidade, promovendo a visibilidade de suas ações acadêmicas, científicas, culturais e sociais. Com foco na transparência e no fortalecimento do vínculo com a sociedade, a COMUNS gerencia conteúdos em múltiplos canais — como site institucional, redes sociais, campanhas, eventos e relacionamento com a imprensa — articulando estratégias que valorizam a identidade da universidade e ampliam o alcance de suas iniciativas.

Corregedoria-Geral (CGUERJ): órgão interno responsável pelo planejamento, coordenação e controle das atividades de correição na universidade. Atua na prevenção e apuração de ilícitos disciplinares praticados por servidores públicos, bem como na responsabilização administrativa de pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à instituição. Com foco na integridade institucional e na transparência, contribui para o fortalecimento da cultura ética na administração universitária, promovendo o devido processo legal e o cumprimento dos deveres funcionais.

Ouvidoria-Geral da UERJ (OGUERJ): órgão responsável por promover a transparência da gestão universitária e fortalecer o controle social. Atua como canal direto de comunicação entre a comunidade e a Administração Pública, contribuindo para a defesa de direitos fundamentais e o exercício da cidadania. Criada nos anos 1990, a OGUERJ foi a primeira ouvidoria em uma universidade pública do Rio de Janeiro. Desde então, vem consolidando sua função institucional de receber manifestações — como sugestões, elogios, reclamações, denúncias e solicitações —,

promovendo a escuta ativa, o encaminhamento adequado das demandas e a melhoria contínua dos serviços prestados pela UERJ.

Diretoria de Administração Financeira (DAF): unidade responsável pela gestão financeira da UERJ. Atua no planejamento, organização e coordenação das atividades patrimoniais, administrativas e financeiras da universidade, garantindo a alocação eficiente dos recursos públicos e a execução orçamentária em conformidade com as diretrizes institucionais. Sua atuação é estratégica para a sustentabilidade financeira da UERJ, assegurando transparência, controle e integridade na administração dos recursos.

Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação (DGTI): responsável pela gestão da infraestrutura e dos sistemas de tecnologia da informação da UERJ. Atua no desenvolvimento de soluções digitais, na manutenção das redes de comunicação e no suporte técnico às unidades acadêmicas e administrativas. Sua atuação é essencial para a modernização da gestão universitária, promovendo segurança da informação, eficiência operacional e integração entre os diversos setores da instituição.

Diretoria de Planejamento e Orçamento (Diplan): responsável por coordenar o Sistema de Planejamento e Orçamento da UERJ. Atua no planejamento, organização, direção e avaliação das ações orçamentárias, prestando orientação normativa e assessoramento técnico às unidades da universidade. Entre suas atribuições, destacam-se a elaboração, consolidação e acompanhamento da proposta orçamentária institucional, assegurando o alinhamento entre os recursos disponíveis e os objetivos estratégicos da UERJ.

Diretoria de Cooperação Internacional (DIRCINT): responsável por promover a inserção da UERJ no cenário internacional por meio da articulação com representações diplomáticas, organismos multilaterais e instituições de ensino e pesquisa no exterior. A unidade coordena programas de intercâmbio e cooperação voltados a docentes, discentes e pesquisadores, identifica oportunidades de financiamento internacional, orienta a comunidade acadêmica na captação de recursos e firma convênios com instituições estrangeiras. Também atua na divulgação de editais e iniciativas que ampliem a participação da UERJ em projetos internacionais de ensino, pesquisa e extensão.

Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura (NIESC): responsável por reunir, analisar e disponibilizar dados institucionais da UERJ por meio do DataUERJ, funcionando como uma ferramenta estratégica de transparência e apoio à tomada de decisão. Sua atuação envolve a manutenção de um banco de dados atualizado e validado, atendendo tanto a demandas governamentais quanto a pesquisadores internos e externos à universidade. Os dados disponibilizados passam por análises críticas de consistência, contribuindo para estudos acadêmicos, avaliações institucionais e políticas públicas.

Prefeitura dos Campi (PREFEI): unidade responsável pela gestão da infraestrutura física e dos serviços operacionais da UERJ. Atua na conservação e manutenção das instalações, segurança patrimonial, transporte, limpeza, jardinagem, controle de acesso, uso dos espaços e estacionamento. Também elabora estudos e projetos de arquitetura, além de realizar e fiscalizar obras e serviços nas redes elétricas, hidráulicas, de refrigeração, gás e telefonia. Sua atuação

garante o funcionamento cotidiano e a preservação dos espaços universitários, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Privacidade e Proteção de Dados (PPD): criada para garantir o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018) no âmbito da universidade. A PPD dá suporte institucional ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, figura obrigatória conforme determina o Art. 23, inciso III da LGPD. Sua formalização ocorreu por meio da Portaria UERJ nº 361/REITORIA/2023. Entre suas funções estão: acompanhar o tratamento de dados pessoais na instituição, promover ações de conscientização e orientação sobre boas práticas em privacidade e atuar como canal de comunicação com titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Procuradoria Geral da Uerj (PGUERJ): órgão responsável pela supervisão dos serviços jurídicos da Administração Central e das unidades da universidade. Atua no controle interno da legalidade dos atos administrativos e na representação judicial e extrajudicial da instituição, em conformidade com sua autonomia constitucional. A PGUERJ representa a UERJ e o Reitor em juízo, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico às unidades acadêmicas e administrativas, garantindo segurança jurídica às decisões institucionais e à conformidade com a legislação vigente.

Rede de Bibliotecas UERJ (Rede Sirius): unidade administrativa responsável pela gestão integrada das bibliotecas da UERJ. Reúne 27 unidades setoriais distribuídas pelos campi, incluindo duas escolares (CAp-UERJ) e uma comunitária. Seu acervo é amplo e diversificado, com mais de 374 mil exemplares físicos, cerca de 27 mil livros eletrônicos, mais de 37 mil trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias) e mais de 5 mil títulos de periódicos. Os usuários também têm acesso remoto a bases de dados especializadas, como JSTOR, Portal CAPES e outras plataformas renomadas. A atualização do acervo é guiada pelas necessidades pedagógicas dos cursos, considerando planos de ensino, sugestões docentes, editais de fomento, parcerias institucionais e a produção acadêmica da UERJ. O acervo passa por curadoria contínua, com foco em relevância científica e alinhamento curricular.

Superintendência Geral de Projetos Especiais (SUPPROJES): órgão executivo responsável pela supervisão dos projetos desenvolvidos em parceria com órgãos públicos, entidades do terceiro setor e iniciativa privada. Atua no acompanhamento de todas as etapas dos projetos — acadêmicas, administrativas, financeiras e operacionais — garantindo a conformidade legal e a transparência na execução. Cabe à SUPPROJES articular o diálogo institucional com os parceiros externos, fiscalizar o cumprimento dos compromissos assumidos e coordenar, junto às demais unidades da UERJ, a correta implementação das atividades previstas.

Superintendência de Equidade Étnico-racial e de Gênero (SUPEERG): unidade da UERJ responsável por promover políticas institucionais de equidade étnico-racial e de gênero. Atua no enfrentamento ao racismo, sexismo, lgbtfobia e transfobia, além de desenvolver ações afirmativas e educativas voltadas à valorização da diversidade e dos direitos humanos. Suas iniciativas são construídas em diálogo com a comunidade acadêmica, a sociedade civil e os movimentos sociais, consolidando o compromisso da UERJ com uma universidade pública plural, inclusiva e socialmente comprometida.

Para consultar o organograma completo da UERJ e obter informações detalhadas sobre sua estrutura institucional, pode-se acessar os links: <https://www.niesc.uerj.br/organograma/> e <https://www.niesc.uerj.br/datauerj>.

5.2. Organização e Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas na UERJ é conduzida pela Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP), estruturada para assegurar uma atuação centrada na valorização dos servidores docentes e técnico-administrativos, atuando desde a entrada do servidor na universidade até o momento da sua aposentadoria. A SGP promove ações articuladas nos seguintes eixos:

Desenvolvimento e Capacitação: promove programas permanentes de formação, qualificação e desenvolvimento profissional, alinhados às necessidades das unidades acadêmicas e administrativas, e às diretrizes do planejamento institucional. Em 2024, a Coordenadoria realizou um levantamento de necessidades junto a todos os servidores, identificando as principais demandas dos diferentes serviços. A partir desse diagnóstico, foi possível estruturar uma oferta robusta e diversificada de cursos, incluindo disciplinas de graduação, especializações completas, capacitações voltadas ao serviço público — como *Compliance em Processos Administrativos* — além de cursos de idiomas. Os conteúdos foram disponibilizados em formatos presenciais e online, ampliando o acesso e promovendo o autodesenvolvimento dos servidores conforme suas necessidades.

Promoção do Bem-Estar e Saúde do Servidor: são desenvolvidas ações de escuta, acompanhamento psicossocial, prevenção ao adoecimento e promoção de um ambiente organizacional saudável, através de trocas constantes com as unidades organizacionais, orientando e preparando gestores para lidarem com os desafios da atividade, além da promoção de práticas integrativas regulares que possam trazer um espaço de trabalho mais adequado. Há também o programa de preparação para aposentadoria, com o intuito de trazer maior planejamento para os que pretendem se aposentar, apontando novas possibilidades de futuro.

Valorização Funcional e Reconhecimento: A SGP executa programas regulares que estimulam a inovação interna e a valorização de projetos conduzidos por servidores técnico-administrativos. Inclui também políticas de promoção funcional, concessão de benefícios e acompanhamento de carreira.

Modernização Administrativa: A SGP possui uma estrutura de soluções tecnológicas própria às demandas de pessoas, e colabora ostensivamente no processo de implementação e integração do e-Social, além do trabalho de mapeamento dos fluxos de trabalho, contribuindo para a simplificação dos processos, transparência na gestão e confiabilidade dos dados institucionais.

Gestão Ética e Participativa: A atuação da SGP está alinhada aos princípios da legalidade, transparência, eficiência, impessoalidade e participação, promovendo canais de escuta, atendimento humanizado e fortalecimento da cultura ética na universidade. Atuação voltada para o enfrentamento ao assédio moral e sexual, ao racismo, sexismo, lgbtfobia e transfobia, em

parceria com a Ouvidoria, a Corregedoria e a SUPEERG através da Comissão permanente de Combate aos Assédios, Discriminações, Racismo e Injúria Racial.

5.2.1 Perfil do Corpo Docente e Técnico-Administrativo

O corpo docente da UERJ é altamente qualificado. Em 2024, contávamos com 3016 docentes efetivos, dos quais mais de 90% possuíam título de doutor. Esse perfil é resultado de uma política institucional de valorização da formação docente e de incentivo à capacitação continuada, por meio de iniciativas como o Programa de Capacitação Docente (Procad) e a oferta de apoio a estudos de pós-graduação e participação em eventos científicos nacionais e internacionais, ampliando a rede de colaborações importantes para o avanço do conhecimento.

De acordo com a Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP), aproximadamente 83% dos docentes atuam em regime de dedicação exclusiva, conforme estabelece a Lei nº 6.328/2012. A política de pessoal contempla planos de carreira, critérios de progressão e avaliação de desempenho, acompanhados pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

Além disso, a UERJ promove intercâmbios acadêmicos, colaborações interinstitucionais e mobilidade docente, com vistas à ampliação do repertório acadêmico e à internacionalização de suas práticas pedagógicas e científicas. A distribuição do corpo docente pelas áreas de conhecimento reflete a pluralidade da instituição, com atuação em todas as áreas de conhecimento. Parte significativa do corpo docente está envolvida em ações de extensão e culturais, contribuindo para a formação cidadã dos discentes e para o fortalecimento da relação entre a universidade e os territórios em que atua. A valorização da docência na extensão e na cultura é incentivada institucionalmente como componente relevante da avaliação docente, do planejamento acadêmico e dos relatórios de desempenho.

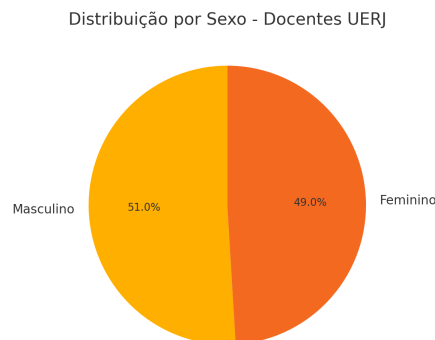
Sobre os técnicos-administrativos, vale ressaltar que esses profissionais apresentam uma qualificação normalmente acima do que é exigido para a sua atuação, o que representa um importante diferencial para a UERJ. Esses profissionais contribuem com qualificação técnica avançada, visão analítica e capacidade de lidar com demandas complexas, o que fortalece áreas como planejamento, gestão e suporte institucional. Além disso, trazem autonomia intelectual e potencial para propor inovações e melhorias nos processos administrativos. A atuação desses servidores qualificados resulta em um apoio mais eficiente e técnico às atividades acadêmicas e aos serviços prestados à comunidade. Essa realidade também reduz a necessidade de buscar talentos externos para funções estratégicas, favorecendo o desenvolvimento interno e o reconhecimento dos servidores. Ter um quadro técnico-administrativo altamente qualificado fortalece a capacidade institucional da UERJ e garante que sua estrutura administrativa acompanhe o nível de exigência acadêmica, tecnológica e de gestão da universidade pública. Há inclusive um programa de Incentivo ao Desenvolvimento Técnico-Científico para valorizar ainda mais esse conhecimento presente no corpo administrativo.

Tal como ocorre com os docentes, a política de pessoal também contempla plano de carreira, critérios de progressão (incluindo avaliação de desempenho e formação continuada).

Avaliando os dados disponíveis com relação ao perfil sociodemográfico dos docentes e técnicos-administrativos, existem alguns aspectos relevantes para serem demarcados nesse material.

A proporção de homens e mulheres entre os docentes é relativamente equilibrada, com leve predominância masculina, como é possível verificar no gráfico a seguir.

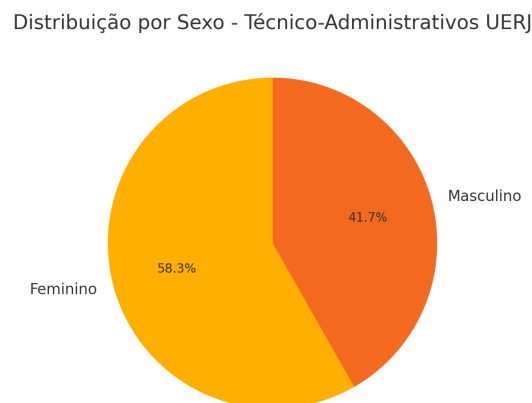
Gráfico 5.1 - Sexo Docentes UERJ



Fonte: NIESC (2024)

Analisando o perfil dos técnico-administrativos, há predominância feminina, com aproximadamente **58% de mulheres**.

Gráfico 5.2 - Sexo Técnico- Administrativos UERJ



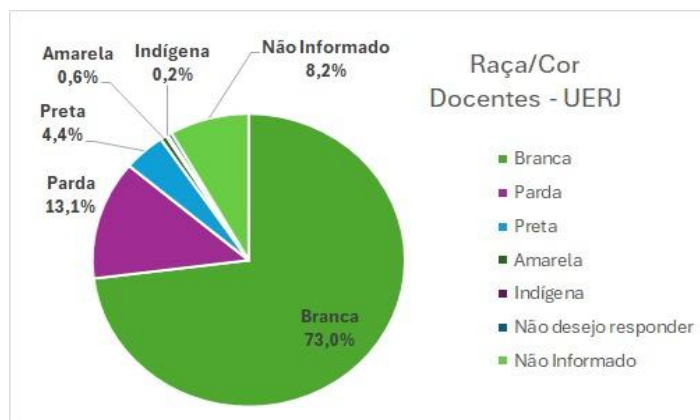
Fonte: NIESC (2024)

A presença majoritária de mulheres no corpo técnico-administrativo pode indicar tanto o perfil tradicional de ingresso em carreiras administrativas quanto as dinâmicas sociais que historicamente vinculam as mulheres a funções de suporte e organização. O equilíbrio entre os docentes aponta avanços importantes na ocupação de espaços de ensino e pesquisa pelas

mulheres, mas também pode revelar barreiras ainda existentes para que a presença feminina supere ou iguale a masculina.

Analisando os dados referentes à raça/cor, é possível identificar uma forte predominância de pessoas brancas no quadro docente. Pessoas pretas e pardas representaram cerca de **17,5%** no levantamento realizado, o que é significativamente inferior à composição da população do Estado do RJ e do Brasil. Essa **baixa representatividade** no corpo docente indica um desafio estrutural relacionado à permanência e progressão acadêmica dessas populações.

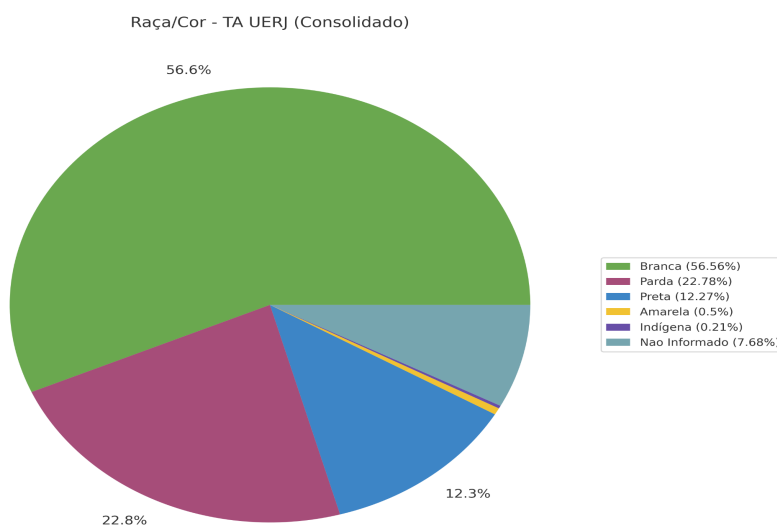
Gráfico 5.3 - Raça/Cor Docentes UERJ



Fonte: NIESC (2024)

A presença de pessoas negras (pretas + pardas) é significativamente maior entre os técnicos-administrativos, totalizando **35%**, praticamente o dobro da proporção entre docentes. Mesmo assim, pessoas brancas ainda compõem a maioria, mas de forma menos expressiva do que entre os docentes.

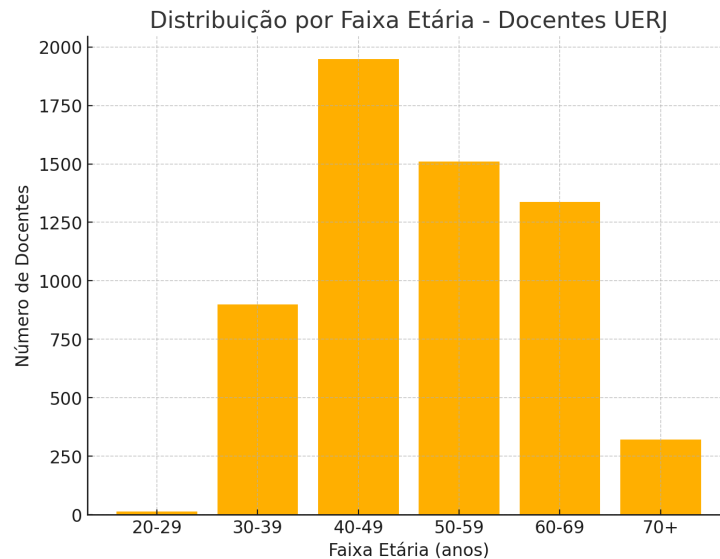
Gráfico 5.4 - Raça/Cor Técnicos Administrativos UERJ



Fonte: NIESC (2024)

Ao tratar dos dados referentes à faixa etária, conforme gráfico abaixo, mais de **50%** dos docentes estão na faixa dos **40 a 59 anos**, o que indica um quadro com forte presença de profissionais experientes e com trajetória consolidada. O grupo acima de **60 anos** representa aproximadamente **27,5%**, evidenciando um contingente relevante próximo da aposentadoria que precisará ser repostado ao longo do tempo, embora agregue com forte experiência acadêmica. A presença de docentes jovens, especialmente abaixo de 40 anos, é restrita (pouco mais de **15%**), o que pode indicar baixa renovação do quadro docente no curto prazo.

Gráfico 5.5 - Faixa etária Docentes UERJ



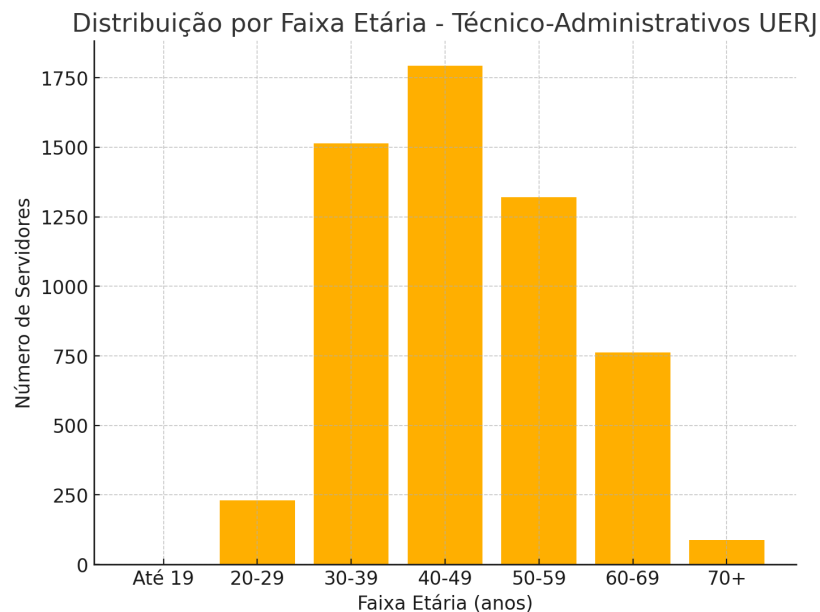
Fonte: NIESC (2024)

O quadro técnico-administrativo, conforme gráfico abaixo, apresenta uma parcela significativamente maior de servidores entre **30 e 39 anos (26,5%)** do que o quadro docente (**14,9%**), indicando uma renovação um pouco mais acelerada nesse segmento.

Os docentes têm uma parcela expressiva com **60 anos ou mais**, totalizando quase **28%**, enquanto entre os técnicos esse grupo representa cerca de **15%**. Isso indica um cenário de envelhecimento mais avançado no corpo docente.

A presença de servidores com menos de 30 anos é muito baixa em ambos os quadros, mas ainda assim, proporcionalmente maior entre os técnicos (4%) do que entre os docentes (0,23%), o que evidencia o desafio da renovação geracional na instituição como um todo.

Gráfico 5.6 - Faixa etária Técnicos Administrativos UERJ



Fonte: NIESC (2024)

Os dados revelam que, embora o quadro técnico-administrativo apresente um perfil etário mais jovem em comparação ao corpo docente, o processo de renovação ainda ocorre de forma lenta em ambos os segmentos. No caso dos docentes, o envelhecimento é mais acentuado, o que sinaliza a necessidade de planejamento para reposição de vagas e políticas que estimulem o ingresso de novos profissionais, especialmente em faixas etárias mais jovens.

As informações atualmente disponíveis sobre pessoas com deficiência (PcD) na UERJ ainda não se mostram consistentes, o que limita a compreensão do cenário interno e dificulta o planejamento de ações mais efetivas para a inclusão desse grupo, independentemente de estarem no quadro docente ou técnico-administrativo. Para superar essa lacuna, a universidade está realizando um censo institucional voltado ao mapeamento das Pessoas com Deficiência, inclusive pensando no público discente. Essa iniciativa visa qualificar as informações disponíveis e subsidiar o desenvolvimento de políticas e ações concretas que promovam maior inclusão e acessibilidade no ambiente universitário.

5.2.2 Políticas de Cotas

As políticas de cotas na UERJ, tanto na entrada de estudantes de graduação e pós-graduação quanto de servidores públicos, representam um conjunto de políticas de reservas de vagas instituídas com amparo legal definido. Essas políticas possibilitam inclusão e diversidade, além de constituir relação com recurso financeiro ao criar uma estrutura para qualificar a permanência estudantil. Desse modo, a universidade prevê 45% de estudantes em diferentes sistemas de cotas pela Lei nº 8.121/2018, ao prorrogar o programa de ações afirmativas, destinadas aos estudantes, negros, indígenas e quilombolas (20%), alunos oriundos da rede pública de ensino (20%), pessoas com deficiência, filhos de policiais civis e militares,

bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço (5%).

Além disso, são previstas cotas nos concursos públicos, com até 35% de reservas de vagas, incidindo na estrutura universitária e prevendo inclusive uma diversidade de ações que precisa reestruturar o cotidiano universitário. No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 6.067/2011 – alterada pela Lei nº 9.935/2022 – estabelece que, para negros e indígenas, em concursos com número de vagas iguais ou inferiores a 20, o percentual de reserva será de 10%; se superior, o percentual será de 20%. De acordo com as leis nº 2.298/94 e nº 7.329/2016, para pessoas com deficiência, aplica-se o percentual de 5% da totalidade de vagas oferecidas. Além disso, conforme a lei nº 7.747/2017, para pessoas com hipossuficiência, o percentual é de 10% da totalidade de vagas oferecidas.

5.3. Política de Acolhimento, Assistência e Permanência Estudantil

A UERJ implementa, por meio da Pró-Reitoria de Políticas e Assistência Estudantis (PR-4), uma política de inclusão, acolhimento e permanência estudantil. A PR-4 está organizada em departamentos e coordenações responsáveis por planejar e executar políticas e ações de assistência comprometidas com as ações afirmativas, em especial a política de reserva de vagas, e com o enfrentamento das mais variadas vulnerabilidades, visando a articulação de ações de acolhimento e de assistência estudantil que possam minorar desigualdades e contribuir para a permanência, bem-estar e êxito dos estudantes da educação básica, graduação e pós-graduação.

O DAIAIE (Departamento de Articulação, Iniciação Acadêmica e de Assistência e Inclusão Estudantil) tem como principal finalidade planejar, orientar, supervisionar e executar políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil da UERJ, comprometidas com a permanência e sucesso acadêmico do corpo discente da UERJ, em especial dos estudantes ingressantes por reserva de vagas, extensivo a todos os níveis de ensino – educação básica, graduação e pós-graduação. O DAIAIE abriga o Programa de Iniciação e Acompanhamento Acadêmico – PROINICIAR, estruturado com a finalidade de apoiar prioritariamente a permanência dos estudantes ingressantes pela reserva de vagas por meio de variadas atividades formativas e ações intercomunitárias. É também responsabilidade do DAIAIE produzir acompanhamento das políticas de ações afirmativas, produzir diretrizes para a avaliação socioeconômica dos estudantes matriculados, participar do planejamento das políticas de assistência estudantil e consolidar dados para a execução dos benefícios financeiros destinados à permanência dos estudantes.

O DEPAME (Departamento de Assistência Alimentar e Mobilidade Espacial) tem por finalidade gerir ações estratégicas de acesso e permanência dos estudantes nos campi da UERJ, como a garantia do direito estudantil à alimentação adequada e saudável subsidiada e a preços acessíveis e a promoção de ambientes alimentares universitários saudáveis. O DEPAME é responsável pela supervisão dos Restaurantes Universitários (RU) da UERJ já existentes, e também pela implementação futura de outros nos demais campi, estruturas fundamentais para assegurar que os estudantes da UERJ, em especial os cotistas, permaneçam nos campi desenvolvendo plenamente sua formação e obtendo um bom desempenho curricular e com isso,

minimizando o percentual de abandono, trancamento de matrículas e evasão nos cursos de graduação e pós-graduação.

O DASPB (Departamento de Acolhida, Saúde Psicossocial e Bem-estar) é o departamento da PR-4 voltado ao atendimento do corpo discente, da graduação e da pós-graduação, na interseção entre os campos da atenção psicossocial, da assistência e da educação, a fim de oferecer um espaço de cuidado, prioritariamente coletivo, que visa a promoção do bem-estar e a autonomia do estudante. Ao se orientar para o cuidado acadêmico, suas ações exigem articulação com outras instâncias e atores institucionais responsáveis pelo percurso acadêmico dos estudantes. Suas iniciativas auxiliam na construção de estratégias que fortaleçam a assistência estudantil na Uerj, por meio de atividades e espaços de acolhimento, promoção de saúde mental, da inclusão e acessibilidade, bem como na produção de senso de pertencimento institucional.

Tal estrutura visa garantir não apenas o acesso, mas a permanência com qualidade dos estudantes, em consonância com os princípios de equidade e justiça social que regem a instituição.

5.4. Gestão da Extensão e da Cultura

A UERJ reconhece a extensão universitária e a cultura como dimensões estratégicas de sua missão institucional e, portanto, como objetos específicos de planejamento, coordenação e gestão. A condução da política extensionista e cultural é realizada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PR3), que estrutura suas ações a partir de princípios de gestão democrática, transparência e territorialidade, promovendo a articulação intersetorial com as demais Pró-reitorias e unidades acadêmicas.

A PR-3 é composta por coordenações e departamentos que operam de forma integrada para o desenvolvimento de programas, projetos, eventos e atividades permanentes, voltadas à promoção da cidadania, à democratização do conhecimento, à valorização da diversidade cultural e à afirmação de direitos. A gestão da extensão contempla ainda a implementação da inserção curricular da extensão, em diálogo com os Colegiados de Cursos e a PR-1, assegurando sua institucionalização plena.

No campo da cultura, a gestão é orientada por uma política institucional estruturada, que articula ações de formação, fruição, criação e difusão artístico-cultural, alinhada aos marcos legais de direitos culturais e às diretrizes do Plano Nacional de Cultura. A universidade mantém espaços culturais permanentes, grupos artísticos e redes de cooperação com instituições públicas e movimentos sociais, fomentando uma cultura universitária inclusiva e crítica.

A PR-3 desenvolve também sistemas de monitoramento e avaliação das ações de extensão e cultura, com base em indicadores institucionais e em mecanismos participativos, fortalecendo a visibilidade social da produção universitária. Essa gestão orientada por valores públicos visa consolidar a UERJ como uma instituição comprometida com a transformação social e a defesa da democracia.

5.5. Gestão Integrada da Saúde no Contexto Institucional

Pode-se definir o Complexo Universitário de Saúde como órgão multidisciplinar e multissetorial da UERJ que tem por objetivo integrar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão nas ciências da saúde, bem como permitir a prática da assistência, articulando-se com as três esferas de gestão.

Nesse contexto, a Pró-Reitoria de Saúde (PR-5) exerce papel central na consolidação de uma política institucional de saúde orientada por princípios de integralidade, equidade, prevenção e promoção da qualidade de vida. Institucionaliza o cuidado em saúde como dimensão estratégica da universidade, com foco no bem-estar de estudantes e servidores e respeito aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

A atuação da PR-5 reforça o compromisso da UERJ com uma abordagem ampliada da saúde no ambiente universitário, que compreende o cuidado como parte indissociável da formação, da convivência e do trabalho acadêmico. Trata-se de um modelo que busca promover não apenas respostas assistenciais, mas uma cultura institucional de bem-estar e valorização da vida.

6. Infraestrutura Física de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração

A UERJ possui uma infraestrutura física ampla e distribuída em diversos campi, composta por imóveis próprios, imóveis alugados e concedidos de outros órgãos, totalizando 84 prédios distribuídos por 19 campi/localidades, totalizando uma estrutura com 560 salas de aula, 76 auditórios e anfiteatros, 648 laboratórios e mais de 400.000 títulos de acervo em suas bibliotecas, em mais de 752.000m² de área construída.

Nos últimos anos, a instituição passou por um processo de expansão e reestruturação física, incluindo:

- A incorporação da antiga Uezo, transformando-se no campus Zona Oeste, que atualmente funciona junto com o Instituto de Educação Sarah Kubitschek;
- A criação do novo campus de Cabo Frio, com cursos implantados a partir de 2023;
- Reformas e adequações nos campi Maracanã, Ilha Grande, São Gonçalo, Duque de Caxias, Resende e Nova Friburgo;
- Reformas e adequações em andamento no Edifício Pedro Ernesto, localizado na Rua Fonseca Telles, frequentemente chamado de Campus de São Cristóvão.

Apesar de uma expansão física ser muito bem-vinda, em uma universidade que vem crescendo gradativamente, tanto em importância quanto em impacto na sociedade, esta expansão recente contou com ações não planejadas, muitas vezes motivadas por forças políticas externas. A elaboração de um PDI participativo visa trazer uma cultura de planejamento, visando um processo de expansão mais sustentável, consolidando a infraestrutura já existente. Esta necessidade foi traduzida pelo macro-objetivo mais votado nos fóruns locais realizados pela CAPDI, como apresentado no Capítulo 3, reproduzido novamente a seguir, para facilitar o acompanhamento da discussão:

Requalificar e modernizar a infraestrutura física, assegurando sua adequação às necessidades acadêmicas, administrativas e comunitárias.

De fato, nem todas as instalações físicas possuem condições favoráveis ou adequadas de infraestrutura para o pleno funcionamento, necessitando de **investimentos em obras de adequação**, a fim de oferecer plenas condições de **segurança, acessibilidade e salubridade**. Alguns prédios necessitam de investimento em infraestrutura para que o crescimento institucional e a manutenção da **excelência acadêmica**, preconizada em outro macro-objetivo, não sejam comprometidos.

Assim, há uma **ampla demanda por obras de requalificação e modernização**, que devem ser **escalonadas** para execução ao longo dos próximos anos, seguindo uma **ordem de prioridade** lógica, baseada em conceitos já bem definidos pelos órgãos técnicos e pela literatura da área. A versão final do PDI 2026-2029 deve trazer critérios que visam auxiliar os gestores nas tomadas de decisão quanto às prioridades para realização de obras.

Cabe lembrar que a modernização da infraestrutura física depende também de investimento na **ampliação da equipe técnica dedicada a projetos e obras**, através de concurso que faça a captação de pessoal qualificado, a fim de acompanhar o crescimento das demandas por obras.

Além disso, é necessária a realização de um debate interno às unidades, em especial as acadêmicas, sobre a utilização de seus espaços de forma planejada e consolidada. Uma boa oportunidade para a realização desse debate será a elaboração dos **Planos de Desenvolvimento das Unidades (PDU)**, a serem desenvolvidos no segundo semestre de 2025, com o apoio da CAPDI. As unidades que fizerem seus planejamentos estratégicos, por meio dos PDUs, tendem a ganhar **prioridade na execução de ações** que visem atender a seus pleitos.

Recentemente ocorreu uma mudança na principal forma de financiamento de execução das obras de ampliações, reformas, adequações e abertura de novos Campi. O financiamento, antes vindo quase exclusivamente do executivo (fonte 100), passou a ter uma participação expressiva do legislativo (**emendas parlamentares**). Isso vem impactando a forma de planejar a execução das obras. Com verbas de valor limitado, às execuções de maior valor de investimento ficam comprometidas.

Assim, a fim de garantir a adequação, requalificação e modernização da infraestrutura física da UERJ, além de uma expansão sustentável, é preciso que a UERJ continue obtendo **investimentos na linha de gastos L5 (Projetos/Investimentos)**, por meio de emendas parlamentares. Mas isso não é suficiente. É fundamental que o **governo do estado** perceba a importância de aumentar o financiamento nesta linha para a UERJ, a fim de garantir que as atividades desta universidade sejam desempenhadas com excelência em todas as áreas. Deve-se perceber que a relação custo-benefício dos investimentos nesta linha é bastante favorável, uma vez que prédios bem conservados tendem a atender a longo prazo a demanda por infraestrutura.

O **primeiro critério de priorização** indubitavelmente deve ser o atendimento, em todos os campi e instalações físicas, ao que preconizam as leis que tratam de segurança, proteção à vida, combate a incêndios e acessibilidade. Algumas dessas iniciativas vêm sendo acompanhadas e exigidas pelo Ministério Público. Atualmente a estrutura não é adequada para atender às exigências propostas, o que pode comprometer o bom funcionamento e a segurança dos trabalhadores, estudantes e visitantes da universidade.

Alguns critérios já orientam o planejamento, a execução de obras e a elaboração de projetos. Entre eles, destacam-se a **prioridade para obras em andamento** e a definição das **demandas de infraestrutura mais urgentes** para um crescimento sustentável, com base em critérios objetivos.

Deverá haver também, dentro do possível, um **planejamento quanto à captação de verbas de fomento** que demandam execução de obras, principalmente para a instalação de equipamentos específicos, de grande peso, sensíveis ou que precisem de instalação especiais, para que seja viável o atendimento dentro do prazo disponível para utilização da verba.

Segue a descrição de alguns itens de infraestrutura básica disponíveis e necessários para o pleno desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.

Bibliotecas: contam com ambientes climatizados, áreas para estudo individual e em grupo, computadores e Wi-Fi. Algumas oferecem salas multimídia, auditórios e espaços de descompressão. A Biblioteca Comunitária possui uma Sala de Acessibilidade equipada para pessoas com deficiência visual. A infraestrutura tem sido modernizada por meio de projetos e parcerias institucionais. O horário de funcionamento varia conforme a demanda das unidades, com atendimento médio entre 9 e 12 horas por dia. Composta por 197 profissionais, sendo 84 bibliotecários, a equipe técnica oferece uma gama de serviços: apoio à pesquisa (Serviço de Referência), revisão e catalogação de trabalhos acadêmicos, empréstimo e consulta de acervo, treinamentos sobre normas técnicas, uso de bases e competência informacional, acesso ao acervo digital, orientação para criação de publicações institucionais (ISBN), emissão de Nada Consta, além da disponibilização de atos normativos e modelos para trabalhos acadêmicos. Uma demanda importante para garantir a excelência e continuidade do trabalho realizado é a necessidade de mais servidores, a fim de abranger integralmente os horários de funcionamento dos cursos noturnos.

Laboratórios: Diversas Unidades Acadêmicas da UERJ contam com laboratórios destinados ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, incluindo laboratórios de uso multiusuário. Esses espaços desempenham papel estratégico na produção do conhecimento e na formação de recursos humanos qualificados.

Além dos laboratórios voltados às ciências experimentais, destacam-se os laboratórios de informática, que cumprem função essencial no apoio ao processo de aprendizagem, especialmente em cursos que demandam o uso intensivo de tecnologias e *softwares* específicos. Esses ambientes oferecem suporte pedagógico para a realização de aulas práticas, acesso a recursos digitais e desenvolvimento de competências técnico-científicas pelos estudantes.

Entretanto, a infraestrutura dos laboratórios de informática ainda requer investimentos significativos para que possam ser utilizados em sua plena capacidade. A **atualização** do parque de **computadores**, a **ampliação da rede de dados**, a **manutenção preventiva e corretiva** dos equipamentos, bem como a garantia de **suporte técnico** adequado, são medidas urgentes para assegurar o uso efetivo e contínuo desses espaços no cotidiano acadêmico.

A manutenção e modernização dos laboratórios — incluindo os de informática —, a **ampliação do número de profissionais técnicos especializados** e a garantia contínua de **insumos, reagentes** e demais itens indispensáveis à qualidade das análises e atividades realizadas são fatores imprescindíveis para a formulação de políticas que assegurem investimento contínuo e sustentável na excelência acadêmica da UERJ.

Transformação Digital: a Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação (DGTI) lidera a digitalização e automação dos serviços acadêmicos e administrativos, com foco na implantação de sistemas integrados (como SAG E SGRH), apoio à EaD, segurança da informação e modernização da infraestrutura.

A evolução tecnológica tem impulsionado uma modernização contínua dos sistemas de informação, com revisões regulares de softwares já implantados, buscando sempre o aprimoramento e a adoção de tecnologias acessíveis e amplamente utilizadas pela comunidade acadêmica e administrativa. Esse movimento prioriza a ergonomia, simplicidade, praticidade, segurança, confiabilidade, integridade e disponibilidade das soluções adotadas.

Nesse contexto, destaca-se também a ampliação do uso de ambientes em nuvem (cloud computing), por meio da adoção de modelos híbridos que ampliam as capacidades de armazenamento e processamento sob demanda. Essa abordagem proporciona escalabilidade, flexibilidade, disponibilidade, confiabilidade e redução progressiva de custos operacionais.

Outro ponto relevante é a revisão constante dos ambientes virtuais de ensino (AVA), com o uso de recursos tecnológicos que tornam a plataforma mais robusta e adequada às demandas da educação contemporânea. A integração de novas ferramentas permite não apenas a expansão das modalidades de ensino a distância, mas também o fortalecimento do AVA como suporte complementar ao ensino presencial.

A incorporação da inteligência artificial (IA) e do aprendizado de máquina ao cotidiano institucional também tem se mostrado estratégica, especialmente diante de seu potencial para automatizar tarefas repetitivas ou complexas. A adoção dessas tecnologias tem contribuído para aumentar a agilidade e a eficiência nos processos administrativos e operacionais, promovendo um uso mais inteligente e dinâmico dos recursos disponíveis.

Por fim, a ampliação dos processos de segurança da informação se alinha diretamente às diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A proteção dos dados exige medidas técnicas e administrativas rigorosas, incluindo o uso de tecnologias específicas, políticas de acesso, revisão de processos internos e ações contínuas de atualização e monitoramento. Esses esforços são fundamentais para assegurar a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações, reforçando a cultura institucional de segurança digital e governança da informação.

Um dos principais desafios da atualidade é integrar os diversos sistemas de gestão acadêmica e administrativa da universidade, assegurando a confiabilidade dos dados gerados e maior eficiência institucional. Essa integração se tornou ainda mais urgente diante das exigências legais do e-Social, que demandam consistência e articulação entre os dados de diferentes setores.

Para que a transformação digital se efetive de forma sustentável, é essencial ampliar a infraestrutura de informática da UERJ, com especial atenção à modernização dos equipamentos e à adequação da rede de dados, de modo a oferecer suporte técnico compatível com o volume de usuários e a complexidade das atividades desenvolvidas, democratizando o acesso à internet de maneira homogênea em todas as localidades/campi da instituição.

Extensão e Cultura: a infraestrutura se apresenta como fundamental para a efetividade das políticas de extensão universitária e cultura, investindo continuamente na ampliação e qualificação de seus espaços físicos e digitais. Entre os equipamentos dedicados às ações

extensionistas, destacam-se centros de convivência, auditórios, salas multiuso, núcleos de práticas sociais, clínicas-escola e escritórios de assessoria jurídica. A gestão e o mapeamento dessas estruturas, coordenados pela PR-3 em articulação com a Prefeitura dos Campi e as unidades acadêmicas, visam assegurar acessibilidade, segurança e conformidade legal. Também está prevista a reforma e adaptação de espaços, com recursos oriundos de orçamento próprio, emendas parlamentares e editais de fomento. No campo cultural, a Universidade conta com equipamentos de destaque, como teatros, galerias, concha acústica e um centro cultural ativo, utilizados por projetos pedagógicos, coletivos artísticos e programas institucionais. A PR-3, por meio do Departamento Cultural (Decult), atua na gestão desses espaços, promovendo melhorias, incentivando sua ocupação e ampliando o acesso à comunidade interna e externa. Paralelamente, a UERJ vem fortalecendo sua infraestrutura digital, com plataformas de gestão de projetos, repositórios de memória e transmissões online, em parceria com a DGTI.

Bem-estar e Qualidade de Vida: é fundamental destacar a importância da criação de espaços que promovam o bem-estar, a integração e a qualidade de vida de estudantes, trabalhadores e visitantes da universidade. Iniciativas como a instalação de fraldários e salas de amamentação — ainda ausentes em alguns campi — são essenciais para assegurar condições adequadas às mães que atuam na UERJ. Além disso, evidencia-se a necessidade de ambientes que favoreçam a convivência e a realização de ações integrativas no cotidiano da comunidade acadêmica, para além de ocasiões pontuais ou eventos esporádicos ao longo do ano.

Para a construção dos PDUs, recomenda-se a elaboração de um plano de monitoramento contínuo da infraestrutura física e digital, com indicadores e metas para cada tipologia (salas, laboratórios, sistemas, bibliotecas etc.), facilitando a gestão dos recursos institucionais. É preciso que se tenha um controle em que conste a data de fabricação e a expectativa de tempo de vida útil dos equipamentos e acessórios, a fim de que se faça um planejamento de reposição, evitando compras emergenciais e fracionadas.

A seguir, são apresentados os números da estrutura física da universidade, que evidenciam tanto sua grandeza quanto os desafios de gestão frente às limitações orçamentárias, ao número de profissionais disponíveis e à necessidade de qualificar e expandir os espaços, em alinhamento aos macro-objetivos institucionais.

A tabela evidencia a amplitude da ocupação territorial da UERJ, com destaque para o Campus Maracanã, que concentra cerca de 25% da área construída total, e para a presença expressiva em municípios do interior do estado, reforçando o compromisso com a interiorização e a democratização do acesso ao ensino superior.

Quadro 6.1. - Área construída da Estrutura Física da UERJ

LOCALIZAÇÕES	ÁREA FÍSICA	
	ÁREA DE OCUPAÇÃO (m²)	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)
CAMPUS FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA		
PAVILHÃO JOÃO LYRA FILHO	-	124.152
PAVILHÃO HAROLDO LISBOA DA CUNHA	-	12.523
PAVILHÃO ANTÔNIO FERNANDES RODRIGUES	-	444
CENTRO CULTURAL OSCAR TENÓRIO (TOTAL)	-	12.274
CENTRO CULTURAL OSCAR TENÓRIO (GINÁSIO POLIESPORTIVO)	-	1.296
CENTRO CULTURAL OSCAR TENÓRIO (TEATRO NOEL ROSA)	-	300
CENTRO CULTURAL OSCAR TENÓRIO (RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO)	-	1.350
TEATRO ODYLO COSTA, filho	-	7.800
CONCHA ACÚSTICA	-	2.040
CAPELA ECUMÊNICA	-	2.000
ÁREA DESPORTIVA (QUADRAS, CAMPO E PISCINA)	-	5.450
TOTAL	120.000	169.629
CAMPUS BIOMÉDICO		
CEPEM-HUPE	852	3.340
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO(*4)	*	53.702
PAVILHÃO AMÉRICO PIQUET CARNEIRO	*	11.486
PAVILHÃO PAULO DE CARVALHO	6.000	6.519
PAVILHÃO MARIO FRANCO BARROSO	*	882
POLICLÍNICA PIQUET CARNEIRO**	60.000	18.901
AMBULATÓRIO CENTRAL	805	1.919
CENTRO RADIOLÓGICO	2.281	2.464
NÚCLEO PERINATAL	1.146	3.567
CUCC - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CONTROLE DO CÂNCER	1.179	2.635
INSTITUTO DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA MIGUEL PEDRO	3.797	6.174
ALMOXARIFADO CENTRAL	679	1.535
MONITORAMENTO DOS VIGILANTES (ANEXO CENTRO RADIOLÓGICO)	174	337
TOTAL	118.713	113.461
CAMPUS DA BAIXADA FLUMINENSE **		
FEBF	6.152	5.000
CAMPUS DE SÃO GONÇALO		
FFP	40.850	9.674
CAMPUS DE NOVA FRIBURGO		
(I PRJ)	68.371	5.384
CAMPUS DE RESENDE		
CRR	200.025	13.913
CAMPUS DE ILHA GRANDE **		
	1.750.000	375.000
CAMPUS DE TERESÓPOLIS		
CRT	205	908
CAMPUS DE PETRÓPOLIS		
	44.520	...
CAMPUS DE CABO FRIO (NILCEA FREIRE)		
	4.384	1.109
OUTRAS LOCALIZAÇÕES		
INSTITUTO DE APLICAÇÃO FERNANDO RODRIGUES DA SILVEIRA	3.654	6.482
ESCOLA SUPERIOR DE DESENHO INDUSTRIAL	6.993	1.803
EDIFÍCIO PEDRO ERNESTO	19.400	30.250
CASA DE CULTURA DIRCE CORTEZ RIEDEL	145	138
IESP(*3)	546	1.040
CAT - CATETE(*5)	1.167	2.544
ESCOLA MUNICIPAL REPÚBLICA ARGENTINA	5.621	4.520
NOVO CAP (INSTITUTO DE APLICAÇÃO FERNANDO RODRIGUES DA SILVEIRA)	7.234	9.657
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REITOR HESIO CORDEIRO (CABO FRIO)	1.000	2.278
TOTAL	45.760	58.712
UERJ	2.399.980	752.790

FONTE: DATAUERJ (2024)

* ÁREA DE OCUPAÇÃO (HUPE + PAVILHÃO AMÉRICO PIQUET CARNEIRO) = 41.800 m²

A ÁREA DE OCUPAÇÃO DO PAVILHÃO MARIO FRANCO BARROSO ESTÁ INCLuíDA NA ÁREA DE OCUPAÇÃO TOTAL DO CAMPUS BIOMÉDICO

** OS CAMPUS ILHA GRANDE, B. FLUMINENSE E A POLICLÍNICA P. CARNEIRO FUNCIONAM EM ÁREAS CEDIDAS POR CONCESSÕES

(* 3) OCUPA ÁREA DE IMÓVEL ALUGADO

(* 4) NA ÁREA CONSTRUÍDA DO HUPE ESTÃO INCLuíDOS (PSIQUIATRIA, LAVANDERIA, CUNEX, DEPÓSITO DE MEDICAMENTOS, BANCO DE SANGUE, NEBA, FISIATRIA, CASAF, GIN)

(* 5) ÁREA PARCIALMENTE OCUPADA PELA STARTUP RIO QUE PERTENCE A SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Fonte: (DATAUERJ, 2024)

7. Planejamento, Orçamento e Finanças

7.1 - Introdução

Este capítulo apresenta as diretrizes de planejamento institucional, organização orçamentária e gestão financeira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em consonância com os princípios da administração pública estadual e os objetivos estratégicos definidos neste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O alinhamento entre esses eixos é essencial para a sustentabilidade institucional e para a consolidação do papel da UERJ como agente transformador do desenvolvimento científico, social e econômico fluminense.

A análise da capacidade financeira do Estado do Rio de Janeiro, suas restrições fiscais e o Regime de Recuperação Fiscal vigente influenciam diretamente a política orçamentária da universidade e demandam um planejamento estratégico, robusto e adaptável.

O orçamento da UERJ é vinculado à Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado do Rio de Janeiro, em consonância com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estaduais e outros instrumentos de planejamento específicos do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração busca garantir os recursos necessários à manutenção das atividades acadêmicas e administrativas, mesmo diante das limitações estruturais enfrentadas pelo executivo.

Desde 2017, o Estado do Rio de Janeiro está submetido ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), estabelecido pela Lei Complementar nº 159/2017 e renovado em 2022. Esse regime impõe severas restrições ao crescimento de despesas, especialmente com pessoal e investimentos, limitando a criação e ampliação de despesas, bem como, consequentemente, dos repasses às instituições estaduais, como a UERJ.

7.2 - Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras

A UERJ está vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI e tem, anualmente, sua proposta ao orçamento do estado submetida às normas definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que dentre outras cumpre as funções de:

- Estabelecer as metas e prioridades do Governo do Estado para o exercício financeiro subsequente;
- Orientar a elaboração do orçamento para o exercício financeiro subsequente;
- Dispor sobre alteração na legislação tributária;
- Estabelecer a política de aplicação dos recursos destinados às agências estaduais de fomento.

Diante disso, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG normatiza as ações necessárias para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte, dos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Após esse momento, a SEPLAG consolida as informações oriundas dos diversos órgãos do estado e produz o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, que é enviado à Assembleia Legislativa para análise e ajustes propostos pelos deputados (emendas). Aprovada a matéria, o projeto é transformado em Lei e devolvido ao chefe do Poder Executivo para assinatura e publicação.

A UERJ, na estrutura orçamentária do Estado do Rio de Janeiro, é consignada pela Unidade Orçamentária – UO código 40430 e pelas Unidades Gestoras Executantes – UGE: 404310 – Administração Central e 404340 – Hospital Universitário Pedro Ernesto.

A tabela e os gráficos que seguem, apresentam os valores do orçamento da UERJ de 2015 a 2025 (parcialmente), em valores nominais, constando a dotação orçamentária inicial, ou seja, aquela publicada na Lei Orçamentária Anual – LOA, e seu respectivo valor liquidado, por exercício, para atender a todas as despesas da universidade, tais como, as despesas com pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos. Ressaltamos que o exercício de 2025 ainda está em curso, e por esta razão não apresenta valores para as despesas liquidadas.

Tabela 7.1. Comparativo Dotação Inicial X Despesa Liquidada

	Dotação Inicial	Liquidado	Variação (%) Dotação Inicial	Variação (%) Liquidado
2015	976.715.933	924.516.028	-	-
2016	977.940.336	947.227.788	0,13%	2,46%
2017	982.616.282	993.449.746	0,48%	4,88%
2018	1.051.268.149	1.111.741.690	6,99%	11,91%
2019	1.270.350.960	1.139.989.675	20,84%	2,54%
2020	1.266.838.470	1.091.296.141	-0,28%	-4,27%
2021	1.417.539.349	1.193.015.635	11,90%	9,32%
2022	1.471.968.591	1.586.512.799	3,84%	32,98%
2023	1.523.181.712	1.822.333.024	3,48%	14,86%
2024	1.755.674.228	1.829.542.923	15,26%	0,40%
2025	1.845.138.160		5,10%	

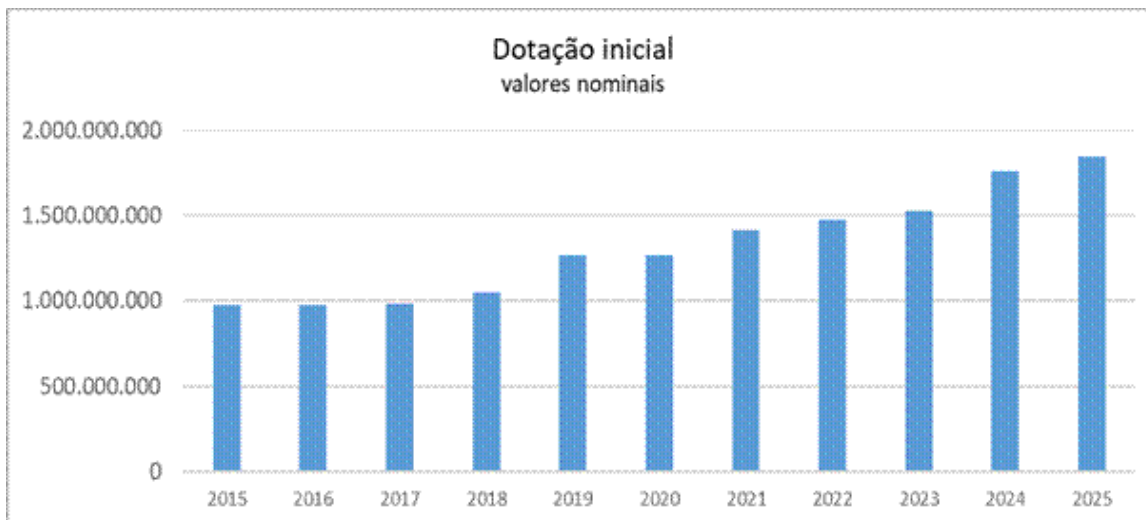
Fonte: DIPLAN, com base em PO 2015-2025 e Siafe-Rio.

Observamos na tabela acima que a coluna de dotação inicial apresenta um discreto aumento durante o período 2015/2025, com exceções pontuais para os anos de: 2019 (retorno a um equilíbrio após a crise financeira do Estado do Rio de Janeiro em 2016/2017); 2021, ano subsequente à crise decorrente da pandemia da COVID-19 com a retomada das atividades; e 2024.

Ao comparar o orçamento inicial de 2023 com o de 2024, houve um aumento relativo de 15,26%. No entanto, em 2023, a UERJ não conseguiu pagar todas as despesas só com o valor aprovado no início do ano, precisando de complementos orçamentários ao longo do período para cumprir minimamente suas demandas. Para chegar a esse número, basta subtrair o valor liquidado ao longo do ano do valor inicial aprovado na LOA 2023. O montante determinado na LOA 2025 retoma a descrição de aumento que acompanha os exercícios anteriores sem as exceções pontuais apontadas.

No gráfico a seguir podemos observar melhor essa tendência.

Gráfico 7.1. Dotação Inicial 2015/2025



Fonte: DIPLAN, com base em PO 2015-2025 e Siafe-Rio.

Em relação às despesas liquidadas no mesmo período verificamos que estas apresentam um comportamento similar ao gráfico da dotação inicial apresentando variação negativa no ano de 2020 em função, dentre outros fatores, do forte contingenciamento orçamentário, ao qual a universidade foi submetida. Destacamos o significativo crescimento no ano de 2022 em diante, em razão do retorno presencial das atividades, o aumento ordinário com as despesas de pessoal e o incremento como também o fortalecimento da política de assistência estudantil.

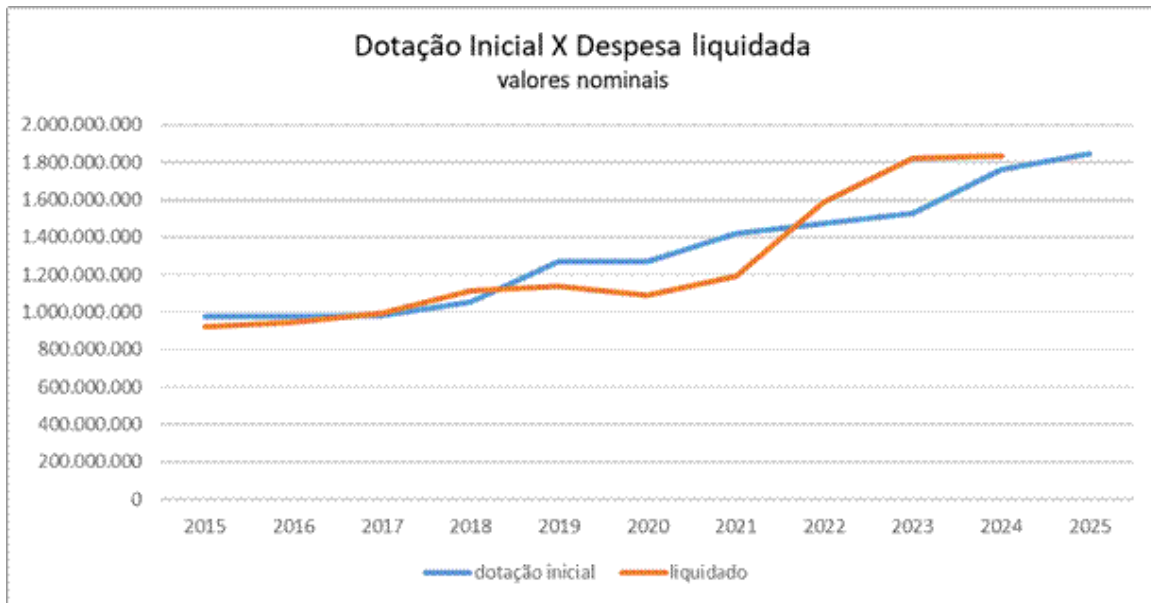
Gráfico 7.2. Despesas liquidadas 2015/2024



Fonte: DIPLAN, com base em PO 2015-2025 e Siafe-Rio.

O gráfico 3 (a seguir) destaca a relação entre a dotação inicial e as despesas liquidadas no período 2015/2025, ressaltando que o exercício de 2025 ainda está em curso, e por esta razão não apresenta valores para as despesas liquidadas.

Gráfico 7.3. Dotação Inicial X Despesas liquidadas 2015/2025



Fonte: DIPLAN, com base em PO 2015-2025 e Siafe-Rio.

Tabela 7.2. Relação histórica LOA ERJ/PO Uerj/LOA Uerj/Liquidado Uerj – Recursos do Tesouro

Ano	LOA ERJ	PO Uerj	LOA Uerj	% LOA Uerj/ERJ	Liquidado Uerj	% Liq Uerj/ LOA Uerj
2016	79.900.583.758	1.966.103.365	977.940.336	1,22%	947.227.788	96,86%
2017	77.710.154.739	1.373.521.951	982.616.282	1,26%	993.449.746	101,10%
2018	73.137.150.215	1.794.521.803	1.051.268.149	1,44%	1.111.741.690	105,75%
2019	80.373.868.770	1.878.684.532	1.270.350.960	1,58%	1.139.989.675	89,74%
2020	83.329.210.649	1.757.310.123	1.266.838.470	1,52%	1.091.296.141	86,14%
2021	89.504.336.636	2.157.813.418	1.417.539.349	1,58%	1.193.015.635	84,16%
2022	92.916.188.583	1.986.260.187	1.471.968.591	1,58%	1.586.512.799	107,78%
2023	102.347.253.916	3.746.855.317	1.525.036.949	1,49%	1.822.333.024	119,49%
2024	113.140.610.181	4.059.319.316	1.760.640.129	1,56%	1.832.259.836	104,07%
2025	122.184.861.612	4.249.547.586	1.845.138.160	1,51%		

Fonte: DIPLAN, com base em PO 2015-2025 e Siafe-Rio.

Ao longo dos anos, observa-se um aumento no percentual da LOA do ERJ destinado à Uerj. Também cabe destacar que a execução orçamentária se desenvolvia de forma próxima à Lei Orçamentária Anual até o exercício de 2021. A partir de 2022 a execução orçamentária superou os montantes da LOA, uma vez que créditos suplementares foram concedidos para suprir a insuficiência de recursos e garantir o cumprimento das despesas previstas.

Durante a execução do orçamento anual, são feitas modificações orçamentárias para ajustar as dotações às demandas que eventualmente surjam no seu decorrer, compensadas com dotações existentes em uma ação para acrescentar recursos em outra ação orçamentária. Essa questão merece mais atenção para que se tenham critérios claros na priorização das atividades, que devem apresentar diretrizes estratégicas bem definidas, e que, na medida do possível, precisam estar refletidas na proposta orçamentária aprovada no Consun.

Assim, é muito importante o desenvolvimento de uma cultura de planejamento na universidade. É certo que um projeto desse porte, que é a construção de um sistema de planejamento a partir de novas práticas de interação institucional, oferta de capacitações e adoção de novas rotinas gerenciais construídas de forma participativa em uma estrutura mais sistêmica, torne-se essencial.

7.3 - Receitas próprias, Descentralizações orçamentárias e Emendas parlamentares impositivas

7.3.1 - Receitas Próprias

Com a adoção, em 2023, de uma nova Estrutura das Fontes de Recurso, os códigos das receitas diretamente arrecadadas (receitas próprias) passaram a ser apresentados com sete dígitos. Essa nova codificação visou à padronização da classificação por fonte ou destinação de recursos a serem observadas pelos entes da Federação (União, Distrito Federal, Estados e Municípios) na elaboração do orçamento e na execução contábil e orçamentária, conforme estabelecido na Portaria Conjunta STN/SOF N.º 20 de 23 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União, em 24/02/2021, Edição 36, Seção 1, Página 47.

As receitas próprias da Uerj classificam-se, atualmente, nas seguintes Fontes de Recursos: diretamente arrecadadas (FR 1.501.230), decorrentes do pagamento pelo SUS de serviços hospitalares (FR 1.621.225) e oriundas de convênios firmados (FR 1.570.212, FR 1.700.212, FR 1.702.212, FR 1.703.212 e FR 1.631.212).

A seguir, na Tabela 03, apresentamos o comportamento das receitas, em valores nominais, no período compreendido entre 2016 e 2024.

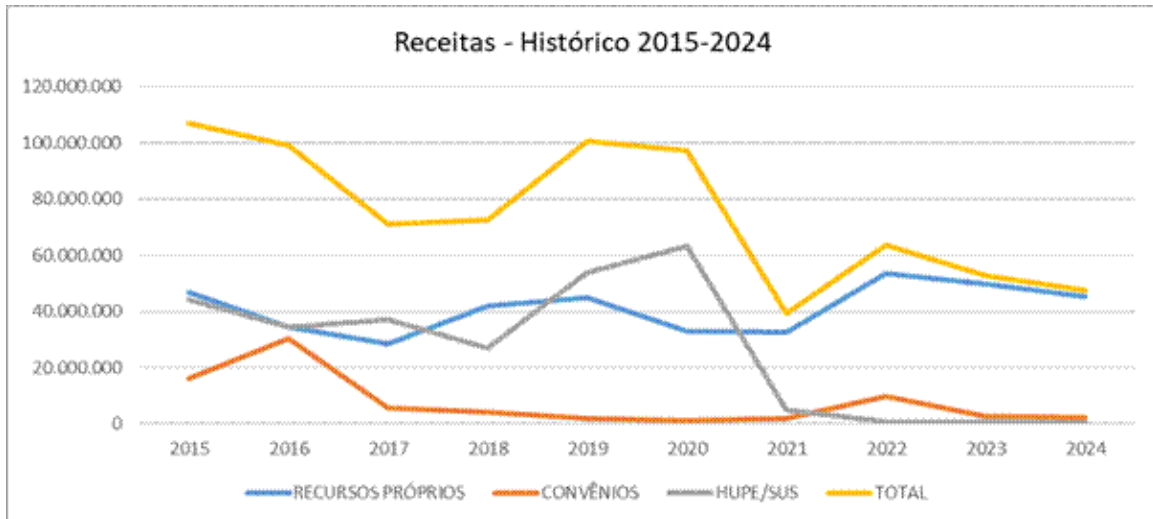
Tabela 7.3. Receitas Próprias 2015/2024

RECEITAS PRÓPRIAS - 2015-2024				
Valores Nominais				
EXERCÍCIO	RECURSOS PRÓPRIOS	CONVÊNIOS	HUPE/SUS	TOTAL
2015	46.834.494	15.904.646	44.258.901	106.998.041
2016	34.539.807	30.221.026	34.551.304	99.312.137
2017	28.365.051	5.712.759	37.001.019	71.078.829
2018	41.754.686	4.230.542	26.752.645	72.737.874
2019	44.762.841	1.922.215	53.864.158	100.549.214
2020	33.063.604	1.138.300	63.092.074	97.293.977
2021	25.031.615	1.993.096	4.738.236	31.762.947
2022	53.545.604	9.614.735	608.202	63.768.541
2023	49.586.785	2.453.445	525.470	52.565.700
2024	45.133.150	2.134.544	319.394	47.587.087

Fonte: DIPLAN, com base em PO 2015-2025 e Siafe-Rio.

O gráfico 4 apresenta a arrecadação nas diversas fontes de receita da UERJ, em comparação ao montante total arrecadado. Percebemos recuo significativo na arrecadação dos recursos nas fontes de receita FR 1.621.225 - SUS e nas FR 1.570.212, FR 1.700.212, FR 1.701.212, FR 1.702.212 e FR 1.703.212 - recursos de convênios.

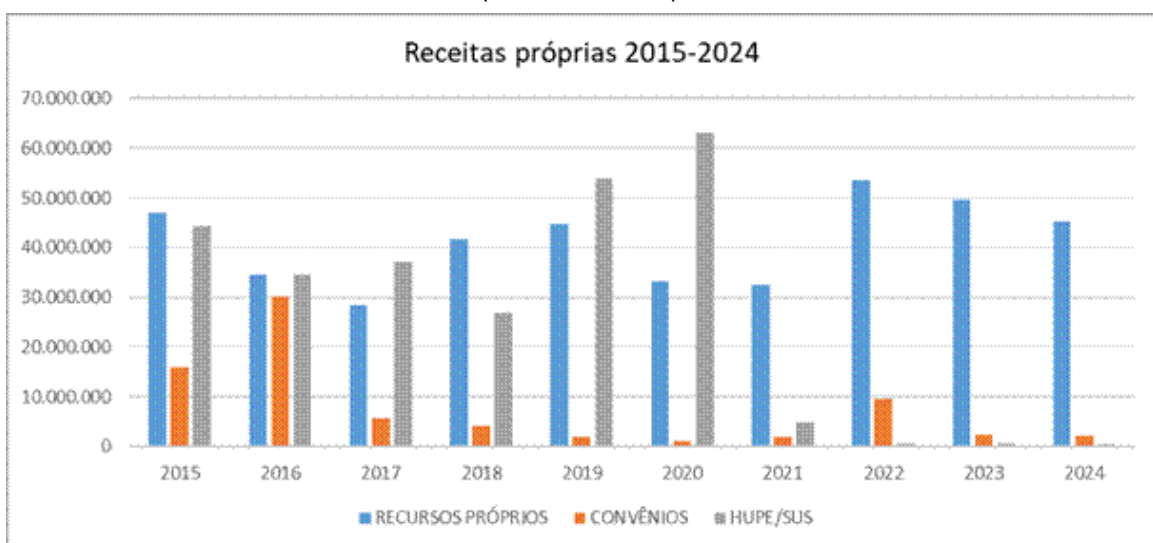
Gráfico 7.4. Recursos Próprios 2015/2024
 (valores nominais)



Fonte: DIPLAN, com base em PO 2015-2025 e Siafe-Rio.

No gráfico 05 observamos a comparação dos valores arrecadados entre as diferentes fontes de receita. Destacamos aqui a significativa redução dos valores obtidos na Fonte de recursos de convênios, a partir de 2017, e mais recentemente a diminuição dos recursos oriundos da fonte de recursos do Sistema Único de Saúde.

Gráfico 7.5. Receitas Próprias por fonte de recursos 2015/2024
 (valores nominais)



Fonte: DIPLAN, com base em PO 2015-2025 e Siafe-Rio.

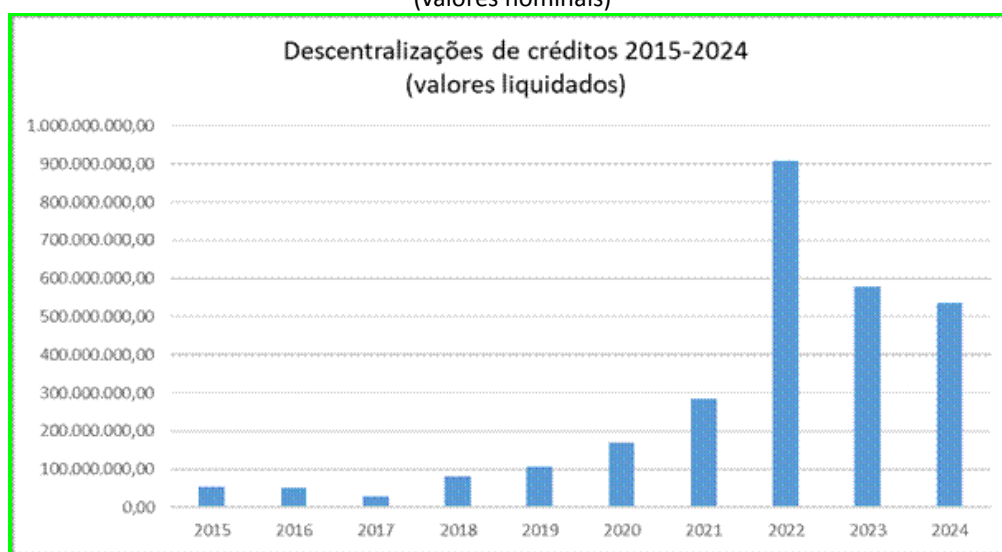
É necessário esclarecer que a queda de arrecadação na fonte 1.621.225 de 2020 para 2021, não significa a aparente diminuição drástica dos serviços executados pelo HUPE: até dezembro de 2020 o faturamento do HUPE era feito para o município do Rio de Janeiro que, por sua vez, encaminhava o correspondente numerário à conta do HUPE. Ocorre que, em dezembro de 2020, foi publicada a Deliberação CIB-RJ Nº 6.315 que pactuou a mudança de gestão municipal para a gestão estadual e o remanejamento dos recursos federais (SUS) de custeio do HUPE e da Policlínica Piquet Carneiro, passando a ser transferidos diretamente pela Secretaria de Estado de Saúde (SES). A partir de 2021 os recursos do SUS vêm sendo transferidos orçamentariamente por meio de Resolução Conjunta, da SES, e não mais financeiramente como ocorria na gestão municipal.

7.3.2- Descentralizações orçamentárias

Além dos recursos diretamente arrecadados, a universidade através de suas habilidades, conhecimentos e expertises, celebra contratos e convênios para satisfazer demandas específicas da sociedade e de outras esferas. Há também os instrumentos legais denominados Portarias ou Resoluções Conjuntas, com a realização de eventuais descentralizações orçamentárias, onde um órgão ou entidade da mesma esfera de governo, visando à execução de projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, com a finalidade de implementar determinada política pública, transfere créditos orçamentários, de programa de trabalho próprio, para que outro execute e alcance o objeto desejado.

Conforme podemos observar no gráfico 06, ao longo dos últimos anos, esse recurso vem sendo muito utilizado, por parte de secretarias, autarquias e fundações que compõem a estrutura do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e que reconhecem na UERJ o ente com conhecimentos/expertise para auxiliar na implantação e monitoramento das políticas públicas necessárias à sociedade fluminense.

Gráfico 7.6. Descentralizações orçamentárias 2015/2024
 (valores nominais)



Fonte: DIPLAN, com base em POs 2015-2025 e Siafe-Rio.

7.3.3 - Emendas parlamentares impositivas

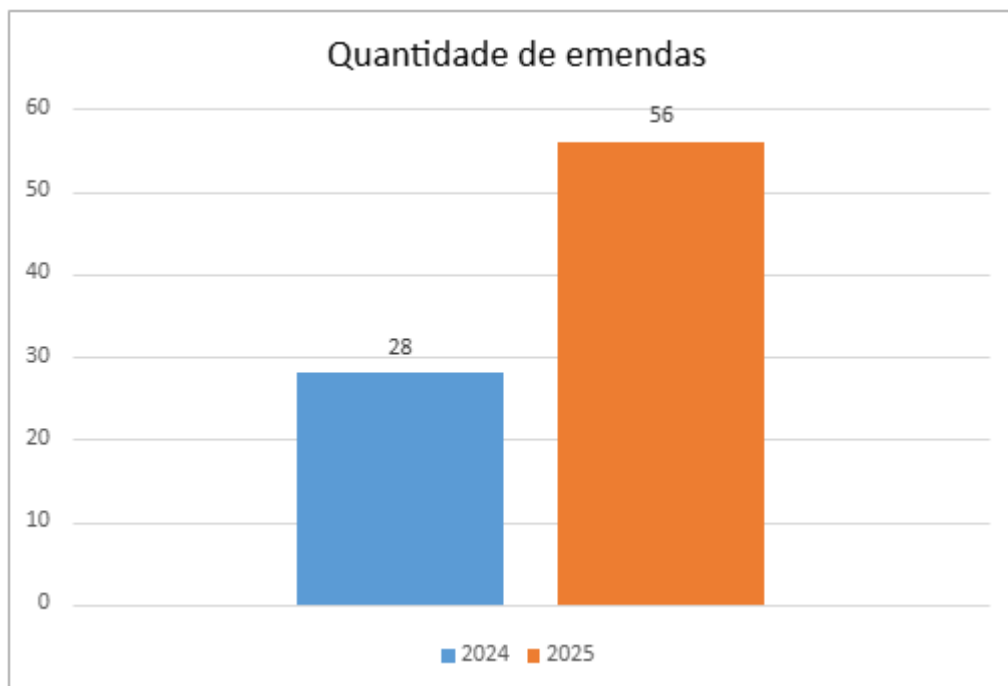
As emendas parlamentares impositivas são dispositivos que permitem aos parlamentares (deputados federais, estaduais ou distritais) indicar como parte do orçamento público deve ser aplicada, com a obrigação legal de execução pelo Poder Executivo. São modificações feitas por parlamentares no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), com o objetivo de direcionar recursos públicos para obras, serviços, equipamentos ou políticas públicas de interesse social.

No Estado do Rio de Janeiro, as emendas parlamentares impositivas estaduais foram instituídas pela Emenda Constitucional nº 75/2019 e posteriormente alteradas pela Emenda Constitucional nº 97/2023, que modificaram os artigos 209 e 210 da Constituição Estadual, bem como, as alterações realizadas nesta pela Lei Complementar 221 de 30 de dezembro de 2024. Essas emendas permitem que os deputados estaduais direcionem recursos do orçamento estadual para áreas específicas, com execução obrigatória pelo Poder Executivo, desde que cumpram os critérios legais e orçamentários estabelecidos.

Desde sua implantação, em meados de 2024, até este ano, a UERJ aumentou tanto o número de emendas direcionadas à entidade, como o aporte orçamentário oriundo dessas, potencializando a execução de suas atividades e políticas públicas realizadas.

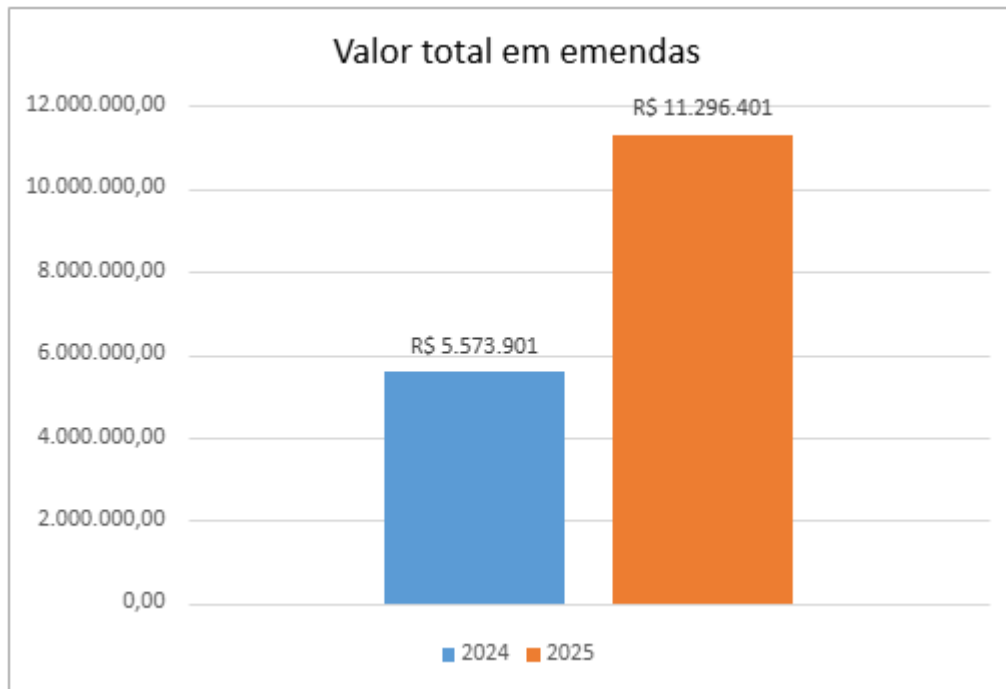
As emendas impositivas estaduais estão em sua segunda fase consultiva, ainda em realização de análises, adequações e remanejamentos por parte da SEPLAG e da ALERJ. Estabelecemos enquanto corte para os quantitativos informados nos gráficos abaixo, os pertinentes à primeira consultiva, com os dados referentes ao dia 04 de abril de 2025, processo SEI-120001/000402/2025 (documento nº97753136).

Gráfico 7.7. Quantidade de emendas parlamentares impositivas 2024 e 2025



Fonte: DIPLAN, 2025

Gráfico 7.8. Valor total em emendas parlamentares impositivas 2024 e 2025



Fonte: DIPLAN, 2025

7.4 - Proposta Orçamentária

Conforme acontece todos os anos, a Diretoria de Planejamento e Orçamento da UERJ – Diplan/UERJ, em atenção ao que determina a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), convida a comunidade universitária a participar do processo de elaboração do planejamento orçamentário para o exercício financeiro subsequente, respeitando a especificidade e expertise de cada componente.

Após a conclusão do ciclo de construção da proposta orçamentária para o exercício 2025, a equipe da Diplan, sempre buscando a melhoria contínua dos processos, iniciou estudos destinados à elaboração de uma nova metodologia de planejamento orçamentário, que resultou em mudanças para este ciclo.

Dentre as principais inovações, foi incluída no processo uma etapa de qualificação técnica das demandas apresentadas pelos componentes organizacionais. Para o cumprimento desta nova etapa, identificamos os principais setores agregadores das demandas da universidade (DAF, DGTI e Prefeitura). Representantes de cada um dos setores agregadores participaram de reuniões junto à equipe técnica da Diplan, nas quais foram definidos os critérios técnicos que balizariam a análise de cada demanda específica à sua área de atuação, resultando em filtros parametrizados no intuito de qualificar as propostas de investimento consideradas exequíveis.

Destacamos, portanto, que o processo de construção da proposta orçamentária torna-se mais participativo a cada ciclo, devendo, portanto, o documento final desta ser considerado cada vez mais um produto da universidade e não de uma ou outra organização, departamento ou diretoria específica.

Em resumo, as informações referentes às despesas de pessoal (Grupo de Gastos L1) são elaboradas e têm seus valores estimados pela Superintendência de Gestão de Pessoas – SGP. As despesas de manutenção (Grupo de Gastos L2), concessionárias (Grupo de Gastos L6), parte das despesas com os investimentos (Grupo de Gastos L5) referentes a obras / serviços de engenharia são estimadas pela Prefeitura dos Campi em conjunto com as séries históricas que a DIPLAN concilia. Já as despesas das áreas finalísticas são estimadas pelas Pró-reitorias e Unidades de Saúde (Grupo de Gastos L4), além da participação de todas as Unidades Acadêmicas/Administrativas junto com as despesas centralizadas dos agregadores de demanda acima citados, na previsão dos investimentos (Grupo de Gastos L5).

Devemos alertar que da forma como o debate a respeito da proposta orçamentária vem ocorrendo, este possa estar alimentando que a proposta orçamentária seja uma peça de ficção e não um instrumento de planejamento, pois todo o fluxo processual ocorre antes da divulgação dos limites orçamentários impostos pelo Poder Executivo Estadual, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag. Dessa forma, a universidade estaria fazendo o seu planejamento sem considerar as limitações orçamentárias e financeiras determinadas pelo órgão central de planejamento, fazendo com que a comunidade não observe que o documento que está sendo apresentado é uma proposta e não o orçamento aprovado em definitivo, que irá compor a Lei Orçamentária Anual do Estado do Rio de Janeiro.

Por meio do Decreto n.º 49.640 de 22/05/2025, que compõe as regras para a Revisão 2026 do PPA 2024-2027 e elaboração da P.O. para o mesmo exercício e da Resolução Seplag nº 374 de 23 de maio de 2025, com a agenda de eventos para estes instrumentos e a Revisão e Consolidação do Plano de Investimentos, o governo central determina o período entre 14 a 25 de julho de 2025, para registro no Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão – Siplag, do detalhamento da despesa de todos os Grupos de Gastos dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo e divulga os limites orçamentários para alocação de despesas, ou seja, após a discussão e aprovação da proposta orçamentária pelo Conselho Universitário ter ocorrido.

Para contornar este interstício, a Diplan adotou a estimativa dos valores do PLOA de modo a proporcionar maior previsibilidade e balizar a alocação das demandas com base em cenários mais condizentes com a realidade recente do orçamento estadual. Para mitigar esta discussão acerca dos recursos dispostos na composição final do orçamento da universidade, elaboramos uma metodologia para estimar estes valores previamente, com maior proximidade possível dos que serão apresentados enquanto limites ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, através de análise das séries históricas dos montantes destinados à UERJ ao longo do tempo nas Leis Orçamentárias Anuais – LOA.

Cabe ressaltar que a Diretoria de Planejamento e Orçamento, em parceria com outras áreas técnicas, promove, a cada ciclo orçamentário, oficinas de planejamento e orientação com todos os componentes organizacionais com a finalidade de aprimorar o processo de planejamento para que as informações que irão compor a proposta orçamentária da Uerj tenham exequibilidade mais assertiva e maior aderência à realidade orçamentária e financeira do estado do Rio de Janeiro.

Ressaltamos que a equipe da Diplan continua buscando aprimorar o texto do planejamento orçamentário, tornando-o mais conciso e com maior atenção ao detalhamento das despesas previstas para 2026 e exercícios seguintes.

7.5 - Instrumentos Legais de planejamento e orçamento público: normas, dispositivos, planejamento e orçamento.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 174, define a atividade de planejamento como determinante para o setor público. Também estabelece, em seu artigo 165, quais são os instrumentos de planejamento governamental: leis de iniciativa do Poder Executivo, apreciadas e votadas pelo Poder Legislativo.

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.”

Ainda em seu art. 165, § 1º, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) determina que:

“§1º. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

O Plano Plurianual (PPA) é o documento onde um governo declara o que pretende realizar, em um período de 4 anos, e indica os meios para a implementação das políticas públicas. É o plano que faz a ligação entre as diretrizes estratégicas governamentais - mais amplas - e as entregas concretas para a sociedade, definindo os caminhos exequíveis para se chegar aos resultados pretendidos.

7.5.1- PPA 2024/2027

Processo de elaboração

O PPA é elaborado no primeiro ano de mandato de um novo governo, enquanto vigora o último ano de PPA do governo anterior. Depois de pronto, ele é enviado para a Assembleia Legislativa na forma de um Projeto de Lei, recebe emendas parlamentares e é sancionado ao fim do ano para entrar em vigor no início do segundo ano de mandato do governante. No caso específico da Uerj temos um contraponto na confecção do PPA enquanto instrumento estadual com relação às alterações de gestões da reitoria, haja vista que este sempre é elaborado no último ano de cada gestor, tendo validade para os quatro anos da nova reitoria eleita.

Este plano estabelece, portanto, as diretrizes, objetivos e metas do governo para todas as áreas de atuação a serem alcançadas durante o período de sua vigência. Para alcançar, monitorar e avaliar esses objetivos são criados programas multissetoriais, compostos por iniciativas e indicadores referentes (inseridas conceitualmente pela metodologia do PPA estabelecida para o ciclo 2024/2027 no ERJ), produtos (bens ou serviços que serão entregues para a sociedade), com metas definidas para o período do plano. Os elementos do PPA passaram

a ser, em ordem de maior agregação, portanto: os programas; as iniciativas; produtos, indicadores e as metas; bem como, as ações orçamentárias.

Em resumo, na atual metodologia do planejamento plurianual do ERJ, a estrutura do PPA passou a ser formada por um conjunto de Programas que agregam iniciativas com objetivos em comum, colaborando para resolver ou atenuar determinado problema ou ainda aproveitar uma oportunidade estabelecida pelo programa. Distintos setores de governo podem apresentar programas em comum, por isso os programas são multissetoriais. As iniciativas, com seus produtos, metas e indicadores, por conseguinte, devem possuir aderência a estes programas. As ações, por sua vez, mobilizam e direcionam recursos para financiar estas iniciativas.

O plano tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública e, orientar a elaboração de dois outros importantes instrumentos de planejamento governamental: a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. Cabe à LDO, anualmente, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte, dentre todas as que foram elencadas no PPA. Já a LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro. Assim, a LDO ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio-prazo do governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere.

É obrigatório o alinhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual (LOA) aos objetivos do PPA. Assim, novas ações (finalísticas ou projetos) não previstas no PPA não podem ser realizadas, podendo acarretar sanções para o governante que as autorizou.

A partir de programas de governo estabelecidos pelas Secretarias de Estado, bem como, das diretrizes pilares do Governo do Estado do Rio de Janeiro, base para a formulação das políticas e da programação setorial para o período, a UERJ associa suas finalidades, projetos e funções à programática orçamentária de governo específica do PPA, planejada em conjunto com a comunidade da UERJ, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação e com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Para a elaboração do PPA vigente, foi adotada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, que é o órgão central de planejamento do Governo e que orienta todo este processo, uma nova metodologia com o objetivo de tornar o instrumento mais estratégico e útil à gestão das políticas públicas e, ainda, aumentar a transparência e a qualidade das informações apresentadas. E, ainda, três conjuntos de elementos foram levados em consideração pelos órgãos à época: o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as diretrizes e atribuições específicas dos órgãos.

Estrutura do PPA 2024/2027

No atual ciclo de planejamento plurianual, tornou-se maior o nível de agregação da unidade principal do PPA, a “Iniciativa” que, em articulação com outras iniciativas dentro do mesmo escopo temático, formam os programas, que são prioritariamente multissetoriais. Nas iniciativas estão localizados os produtos, que devem ser entregas relevantes e refletir as atribuições e finalidades do órgão, os objetivos, indicadores e ações orçamentárias.

A universidade encontra-se inserida no eixo prioritário do governo relacionado à Missão 6 do PEDES: Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento, que visa transformar a estrutura produtiva fluminense, potencializando o desenvolvimento de vantagens competitivas autênticas por meio do adensamento do conhecimento incorporado aos processos produtivos e sofisticação dos produtos.

A programação do PPA da Uerj é composta por três iniciativas, que foram identificadas como caminhos possíveis para o alcance dos propósitos pretendidos. Estas iniciativas se enquadram no Programa 0442 - Ensino Superior, que tem como objetivo o aprimoramento da educação superior pública no estado do Rio de Janeiro, por meio do aumento da oferta e da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação, de manutenção infra estrutural e do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Após estudos, consultas e reuniões junto com as áreas finalísticas e análise dos produtos entregues à população pela universidade, foram identificadas e estabelecidas as três iniciativas supracitadas como caminhos possíveis para o alcance dos propósitos pretendidos, a saber: Iniciativa 0027 – Apoio à formação e incentivo à permanência discente; Iniciativa 0028 - Desenvolvimento e expansão das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação; e Iniciativa 0102 – Desenvolvimento e expansão atividades ensino pesquisa extensão e inovação-Saúde.

Como forma de mensurar se os objetivos das políticas públicas estão sendo alcançados, houve também a implementação no PPA 2020-2023 dos indicadores de resultado. Para a nova metodologia estabelecida para o PPA 2024-2027, os indicadores estão presentes nos Programas (estes serão inicialmente definidos e monitorados pelo órgão central) e nas Iniciativas, sendo definidos e monitorados, nesse caso, pelos órgãos setoriais, e capazes de sinalizar se o objetivo da iniciativa está sendo alcançado e em que medida.

A estrutura proposta contendo descrição conceitual, produtos, metas físicas e indicadores, pode ser consultada em <https://www.diplan.uerj.br/planejamento/plano-plurianual>.

Revisões do Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro - PPA 2024-2027 (2026)

Por meio do Decreto Estadual n.º 49.640 de 22/05/2025, que “Dispõe sobre a Revisão 2026 do Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro - PPA 2024-2027, sobre a elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2026, e dá outras providências”, da Resolução Seplag n.º 374 de 23 de maio de 2025, que “Institui a agenda De eventos para a Revisão 2026 da programação do Plano Plurianual - PPA 2024/2027, para a elaboração da proposta orçamentária do exercício de 2026, regulamenta a revisão e consolidação do Plano De Investimentos Do Poder Executivo Estadual Do Rio De Janeiro para o exercício de 2026 e dá outras providências”, a

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão estabeleceu as ações e os prazos que disciplinam a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2026.

Todos os eventos em que a participação da universidade é necessária estão elencados na tabela 1, conforme segue:

Cronograma de eventos do planejamento governamental com participação da Uerj

Data	Evento	LOA/PPA/PIERJ
De 26/05/2025 a 06/06/2025	Lançamento das informações no SIPLAG relativas à: ESTIMATIVA DA RECEITA - Detalhamento das rubricas de receita estimadas para 2026, 2027, 2028 e 2029 com as respectivas metodologias e memórias de cálculo. CADASTRAMENTO DE CONVÊNIOS, com execução prevista em 2026, 2027, 2028 e 2029	LOA
De 02/06/2025 a 27/06/2025	Revisão e submissão dos projetos de investimentos no âmbito dos Planos Setoriais incluindo associação de ações orçamentárias	PIERJ
Até 06/06/2025	Envio da proposta setorial para revisão da programação do PPA ao Órgão Central	PPA
Até 11/07/2025	Envio das alterações necessárias nos Indicadores de Iniciativa	PPA
De 16/06/2025 a 01/07/2025	Lançamento no SIPLAG da proposta setorial relativa à revisão da estrutura da programação do PPA	PPA
De 09/07/2025 a 17/07/2025	Lançamento no SIPLAG das informações relativas à quantificação de metas físicas do PPA	PPA
De 14/07/2025 a 25/07/2025	Lançamento no SIPLAG: detalhamento da despesa de todos os Grupos de Gastos	LOA
De 28/07/2025 a 01/08/2025	Lançamento no SIPLAG das informações relativas às metas e prioridades do PPA 2024-2027	PPA
De 29/07/2025 a 22/08/2025	Envio das propostas setoriais ao Órgão Central acerca dos objetos financiáveis que integrarão caderno enviado à ALERJ como subsídio à elaboração de emendas individuais impositivas	PPA/LOA
Até 20/08/2025	Lançamento no SIPLAG: Revisão de Legislação e Atribuições das Unidades Orçamentárias	LOA

Fonte: Resolução Seplag n.º 374 de 26 de maio de 2025.

Ao longo de seu ciclo, o PPA recebe uma revisão e uma adequação de metas para cada ano de sua vigência. As revisões antecedem a elaboração da proposta orçamentária, haja vista a necessária correlação entre o PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA. As adequações de meta são realizadas no ano corrente das entregas previstas, após a publicação do orçamento, para ajustes que se tornem necessários, devido à possibilidade de o orçamento liberado para o exercício estar em dissonância com os recursos necessários para execução das metas previstas, por conta de discontinuidades em alguma programação, revisão de metas, dentre outros fatores que impliquem os ajustes necessários.

7.5.2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Segundo o art. 165, § 2º da CF/88:

“A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.”

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a função de estabelecer quais os programas constantes do PPA que serão considerados prioritários e que deverão ser executados no próximo exercício financeiro. Definidos os programas prioritários, a LDO relaciona as metas para as ações desses programas, que deverão ser executadas no período a que se refere à LDO.

Outro papel importante da LDO é orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Como a LDO enumera os programas prioritários para o próximo ano e define as metas para as ações desses programas, a LOA deverá prever os recursos (receitas) e alocá-los na execução dos programas prioritários definidos na LDO.

7.5.3 - Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento de planejamento no qual são alocados os recursos necessários à consecução dos objetivos das iniciativas estabelecidas no PPA (atividades finalísticas e projetos), prioridades do governo e de seus órgãos, definidas pela LDO, políticas específicas da universidade (priorizadas pela gestão e balizadas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional). Entram na LOA todas as despesas previstas da universidade, inclusive aquelas não conferidas no instrumento quadrienal (despesas com pessoal e encargos sociais, despesas obrigatórias, despesas com serviços de utilidade pública e atividades de manutenção administrativa). É o orçamento anual público em sentido estrito, no qual as receitas a serem arrecadadas pelo Governo são previstas e suas aplicações (despesas) são fixadas.

A LOA é, portanto, o instrumento de planejamento Governamental, dos órgãos e entidades responsável pela realização orçamentária, ano a ano, dos objetivos, das diretrizes e das metas estabelecidas no PPA, na LDO e balizadas no PDI da universidade. A elaboração do planejamento orçamentário desta Fundação para o exercício seguinte (2026), que subsidiará a proposta de LOA da UERJ a ser encaminhada ao Conselho Universitário foi destacada e detalhada acima, em capítulo específico para esta, neste mesmo documento.

7.5.4- Normas e planos específicos do estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro - ERJ, além dos instrumentos de planejamento previstos constitucionalmente, acima detalhados: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, conta também, a serem detalhados abaixo, com instrumentos específicos para o planejamento e a gestão estratégica (PEDES), de

investimentos (PIERJ), tecnologia da informação e comunicação (PEDTIC), aquisições anuais (PCA) e planejamento orçamentário detalhado (POD), que agregam estratégias, objetivos, metas, indicadores e operacionalidade ao planejamento governamental e à execução orçamentária de cada entidade.

No contexto das IES públicas, por exemplo, em nível operacional, o planejamento institucional é consolidado através do Plano de Contratações Anual (PCA), alinhado à LOA, e, em nível estratégico, é representado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), importante ferramenta referencial e estratégica interna que subsidia o desenvolvimento do planejamento institucional dessas organizações e que deve observar, da mesma forma, as diretrizes e metas do PPA governamental.

PEDES - Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social

Obedecendo aos preceitos constitucionais, anualmente o Poder Executivo Estadual edita as normas para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA. O projeto da LDO deve ser encaminhado pelo Poder Executivo à ALERJ até o dia 15 de abril de cada ano. A ALERJ deve devolvê-lo para sanção até, no máximo, 17 de julho. No momento atual a LDO 2025 ainda não foi aprovada, mas o projeto de lei n.º 5.177/2025, de iniciativa do chefe do Poder Executivo, já foi remetido à ALERJ e contém os eixos estratégicos prioritários definidos pelo Poder Executivo no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (PEDES 2024-2031, Lei n.º 10.266 de 28 de dezembro de 2023), que nortearão, outrossim, o processo de revisão do Plano Plurianual 2024-2027, instituído pela lei Nº 10.276 de 09 de janeiro de 2024, e a alocação orçamentária do Projeto de Lei Orçamentária de 2026, conforme descrito abaixo:

- Missão 1: Erradicação da extrema pobreza;
- Missão 2: Segurança alimentar e nutricional da população fluminense;
- Missão 3: Segurança hídrica do território fluminense;
- Missão 4: Descarbonização do estado do Rio de Janeiro;
- Missão 5: Redução do impacto dos resíduos sólidos;
- Missão 6: Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento;
- Missão 7: Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego;
- Missão 8: Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas;
- Missão 9: Segurança pública territorial (missão nova);
- Missão 10: Promoção da igualdade racial e de gênero (missão nova).

Todos os órgãos e entidades da estrutura do estado do Rio de Janeiro deverão associar suas ações/produtos aos eixos prioritários elencados na LDO para que façam parte da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026.

PIERJ - Plano de Investimentos do Estado do Rio de Janeiro

O Plano de Investimentos resulta da consolidação dos projetos elaborados pelos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Estado. Os projetos são submetidos a uma análise

de riscos e viabilidade, com o objetivo de estabelecer escala dividida em três níveis de gradação que permita orientar a atividade decisória da administração pública estadual. Todos os órgãos do ERJ devem apresentar seu plano de Investimento atualizado à SEPLAG de acordo com um calendário definido por esta.

Dessa forma, o PIERJ fornece, em alto grau de detalhamento, os insumos e recursos necessários para cada projeto de investimento e proporciona requisitos primordiais para análise de risco e viabilidade relativos ao desenvolvimento, à implementação e aos impactos diversos vindos da sua implantação.

O PIERJ tem como objetivos:

- Estimular o planejamento detalhado dos investimentos a serem realizados pelo Poder Executivo, como forma de garantir maior efetividade das despesas planejadas no orçamento estadual;
- Reduzir os riscos de desequilíbrio fiscal decorrentes dos investimentos, através da antecipação dos impactos da operação no custeio dos orçamentos subsequentes;
- Gerar portfólio estadual de propostas de investimentos com baixo risco de inviabilidade e orçamentariamente sustentável para captação de recursos de fontes externas.

O Decreto Estadual n.º 46.666, de 20 de maio de 2019, que regulamenta o PIERJ, em seu 9º artigo, estabelece que:

§ 4º Os projetos de investimento apresentados na Proposta Orçamentária devem integrar o Plano Setorial de Investimentos, encaminhado previamente, conforme detalhamento e cronograma a serem regulamentados por ato próprio da SECCG, que serão avaliados sob o prisma da viabilidade técnica e orçamentária, para composição do Plano Anual de Investimentos do poder executivo estadual.

A partir de 2023, os projetos cadastrados no PIERJ devem ser atualizados com maior frequência, a cada etapa concluída, o que tornou o sistema dinâmico.

PEDTIC - Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

O PEDTIC constitui instrumento essencial à governança de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), abrangendo diagnóstico, planejamento e gestão dessas tecnologias. Para tanto, promove o alinhamento com a governança corporativa e consolida bases tecnológicas para funções de direção, controle, monitoramento e avaliação. O PEDTIC é uma ferramenta que permite diagnosticar, planejar e gerir recursos e processos da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, possibilitando alinhar os recursos aplicados em TIC ao mesmo tempo em que elimina o desperdício, garante controles e aplicações corretas de recursos naquilo que é mais relevante.

No ERJ, além da Resolução SECCG Nº 53 de 06 de agosto de 2019 que institui o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, outra legislação que regulamenta o PEDTIC

é o Decreto nº 48.672, de 4 de setembro de 2023. Este decreto regulamenta a Lei 9.128/2020, que trata da transformação digital dos serviços públicos do Poder Executivo do estado.

Atualmente, está em elaboração o PDTIC da Uerj com as participações da DGTI, DIPLAN, bem como, de diversos setores da universidade. A reitoria da Uerj instituiu, por meio do AEDA 0054/REITORIA/2024 o Comitê Permanente do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação².

PCA - Plano de Contratações Anual

É uma ferramenta de planejamento das contratações públicas abrangendo aquisição de bens e contratação de serviços e obras dos órgãos e entidades estaduais, garantindo a integração ao planejamento estratégico e orçamentário das unidades.

Implementado no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional através do Decreto n.º 48.760 de 23 de outubro de 2023, tem como objetivos:

I - Racionalizar as contratações das unidades administrativas de sua competência, fortalecendo a cultura do planejamento, a governança das contratações públicas e a atuação das linhas de defesa da Administração;

II - Garantir o alinhamento com o planejamento estratégico e outros instrumentos de governança existentes;

III - Subsidiar a elaboração das leis orçamentárias;

IV - Evitar o fracionamento de despesas;

V - Dar transparência às metas e objetivos da Administração, e

VI - Sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial, incrementar a competitividade e reduzir a assimetria de informação entre a Administração e o mercado.

O PCA é uma ferramenta fundamental para o planejamento das contratações públicas, pois permite uma visão antecipada das demandas e necessidades da organização. Dessa forma, é possível também promover compras centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais;

Assim, o PCA auxilia a organização a realizar uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, utilizando seu orçamento de formas mais eficientes, evitando gastos desnecessários, e garantindo a transparência e a efetividade das contratações.

O plano deve conter todas as contratações que a organização pretende realizar no exercício subsequente, incluídas as contratações diretas, nas hipóteses previstas nos art. 74 e art.

²http://catalogo-redesirius.uerj.br/sophia_web/asp/download.asp?codigo=23288&tipo_midia=2&iIndexSrv=1&obra=353642&tipo=2&iBanner=0&iIdioma=0

75 da Lei 14.133/2021, ressalvadas as informações classificadas como sigilosas nos termos da lei.

POD - Planejamento Orçamentário Detalhado

O Planejamento orçamentário detalhado (POD) é um importante instrumento que objetiva estimular e capturar o planejamento detalhado dos insumos necessários para cada Unidade e para cada tipo de iniciativa administrativa, finalística ou projeto.

O POD constitui a primeira etapa do processo de elaboração da proposta orçamentária. A construção dessa estrutura de planejamento orçamentário detalhada, vinculada a um conjunto de informações pormenorizadas da demanda por elemento de despesa, possibilita a identificação da despesa em todo o ciclo orçamentário e viabiliza a realização de um processo contínuo de aprimoramento e qualificação da despesa pública.

Legalmente, o POD surge enquanto uma necessidade de detalhar orçamentariamente as despesas da PLOA para que suportassem às determinações do Decreto 46.492 de 17 de abril de 2019, que regulamenta a fase preparatória das licitações, no que concerne justamente à confecção do Plano Anual de Contratações - PAC. Foi definitivamente regulamentado no Decreto Estadual 47.092 de 21 de maio de 2020, evoluindo, desde então, para o modelo que temos hoje dissociado, até o momento, do atual Plano de Contratações Anual – PCA.

8. Considerações finais

O presente relatório representa um marco importante no processo de construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UERJ para o ciclo 2026–2029. Consolida um conjunto de informações, diretrizes e prioridades estratégicas, fruto da escuta ativa da comunidade universitária, análise técnica e compromisso institucional com a excelência acadêmica.

O alinhamento entre a proposta orçamentária de 2026 e o PDI em desenvolvimento é fundamental para inaugurar um novo ciclo de planejamento mais participativo, transparente e integrado. Esse primeiro ano do plano será decisivo não apenas em termos de execução, mas também como indutor de uma mudança cultural na universidade — rumo a uma gestão orientada por dados, compromissos compartilhados e metas bem definidas.

Ao longo do relatório, identificam-se desafios estruturais relevantes, como a urgente requalificação da infraestrutura física, a recomposição salarial dos servidores, a modernização administrativa e a aceleração da transformação digital. Esses temas foram amplamente discutidos pela comunidade nos Fóruns Locais e reafirmam que o fortalecimento institucional passa, necessariamente, por investimentos consistentes em pessoas, espaços e tecnologias.

Nesse sentido, o cenário fiscal do Estado do Rio de Janeiro impõe desafios relevantes à gestão da UERJ, especialmente quanto à previsibilidade orçamentária e à capacidade de expansão. Nesse contexto, a UERJ reafirma o compromisso com a responsabilidade fiscal e com a busca de soluções inovadoras para garantir a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária. A integração entre planejamento, orçamento e finanças será essencial para enfrentar as restrições vigentes e assegurar a sustentabilidade institucional até 2029.

O relatório também evidencia que a UERJ possui um patrimônio humano, intelectual e cultural de valor inestimável, distribuído em 19 campi e diversas frentes de atuação. Essa diversidade é força motriz para o desenvolvimento institucional, desde que acompanhada por políticas de integração, planejamento e governança qualificada.

Igualmente, os macro-objetivos priorizados refletem uma universidade conectada às demandas do presente, mas com visão de futuro. A ênfase em equidade, diversidade, justiça social e inovação reafirma a identidade da UERJ como uma universidade pública, gratuita, plural e socialmente referenciada.

O êxito do PDI não dependerá apenas da qualidade técnica de seus instrumentos, mas da capacidade da UERJ em mobilizar sua comunidade em torno de um projeto institucional comum. Nesse sentido, o engajamento contínuo das unidades na elaboração dos Planos de Desenvolvimento das Unidades (PDUs), previsto para o segundo semestre de 2025, será estratégico para garantir a eficácia do plano em nível local e global.

Ao concluir este relatório, a CAPDI reafirma seu compromisso com a transparência, a escuta ativa e o trabalho colaborativo. Espera-se que o PDI não apenas subsidie as decisões orçamentárias de curto prazo, mas se consolide como um guia estratégico para a construção de uma universidade cada vez mais democrática, resiliente e comprometida com o bem comum, sem jamais abrir mão da excelência acadêmica que marca a trajetória da UERJ.